



AUTO - AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES NACIONAIS PARA A GESTÃO GLOBAL AMBIENTAL

PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DA DESERTIFICAÇÃO / DEGRADAÇÃO DAS TERRAS



Documento Final

Elaborado por Charles Yvon Rocha - Consultor

PRAIA, Dezembro de 2006

Resumo Executivo

Os desafios do Ambiente Mundial mobilizam, desde há varias décadas, a comunidade internacional. A iniciativa condutora da estratégia de luta da comunidade internacional apareceu sob forma de Desenvolvimento Durável, lançado em Estocolmo em 1972, e confirmado na Conferencia de Rio em 1992, através do consenso a volta dos princípios, recomendações e acções da *Agenda 21* e sobretudo das convenções internacionais, nova abordagem da problemática do ambiente mundial.

Cabo Verde, para confirmar a sua participação na luta contra as ameaças ambientais planetários, ratificou as principais convenções internacionais e comprometeu-se a implementá-las através de estratégias e planos de acção.

A Convenção da Luta contra a Desertificação (CCD) é **um documento legal** que visa assegurar a adesão das Partes para o longo prazo. Ele aparece como **o primeiro e único instrumento**, juridicamente constrangedor, implementado para abordar os problemas da desertificação.

A Convenção conta com um preâmbulo, um texto principal de 40 artigos e 5 anexos relativos à implementação regional.

A Convenção foi adoptada em Paris (França), no dia 17 de Junho de 1994, que foi declarado Dia Mundial de Luta contra a Desertificação. Em Dezembro de 1996, a CCD entrou em vigor, 90 dias após a sua ratificação por 50 países. A primeira Conferencia dos Países Parte (COP/1) foi realizada em Roma (Itália), as regras que governam a COP e os seus órgãos subsidiários foram definidas, o funcionamento do Mecanismo Mundial estabelecido e o Secretariado permanente designado. Em 2002, cerca de 180 países já tinham ratificado ou aderido a Convenção.

Em Cabo Verde, o fenómeno da desertificação manifesta-se em todo o país, de forma diferente e de acordo com as características físicas das ilhas. A partir da independência (1975) os responsáveis cabo-verdianos deram ao ordenamento do espaço rural uma dimensão nacional. O estabelecimento de uma estratégia de reconquista da natureza está ligado a razões de ordem política, cultural e económica.

Cabo Verde, em 1995, foi o primeiro país africano e o segundo no mundo que assinou e ratificou a Convenção de Luta contra a Desertificação. Isto demonstra a importância estratégica dada a referida Convenção num contexto inovador pelas autoridades cabo-verdianas, fazendo de Cabo Verde um país “chefe de fila” na sub-região africana. Consciente do fracasso dos métodos de intervenção preconizados no passado e tendo uma real vontade de fazer participar as populações nas políticas de desenvolvimento rural, o Governo cabo-verdiano adoptou uma estratégia que favorece a descentralização dos serviços técnicos e a privatização das actividades de produção e gestão dos recursos naturais, com uma desvinculação gradual do Estado.

É intrínseca reconhecer os esforços enormes, quase hercúleos, de Cabo Verde na Luta contra a Desertificação anteriormente a CCD, é também necessário relembrar o papel de Cabo Verde enquanto “locomotiva” da CCD na sub-região saheliana, mas é importante realçar que Cabo Verde não aproveitou e nem sequer “esgotou” os recursos ou oportunidades da CCD.

A ligação entre o Ambiente e o Desenvolvimento Durável é determinante para um país como Cabo Verde. Os “*cenários*” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica *real* do futuro.

A implementação das Convenções revela muitas interacções, semelhanças e intersecções. A sua compreensão e apreensão através de uma abordagem coordenada são susceptíveis de melhorar a eficácia. As ligações existentes entre as convenções devem ser entendidas como **oportunidades favorecendo** a implementação de acções concretas. Portanto, convém fazer um ponto de situação dos pontos fortes e dos pontos fracos da implementação das convenções.

A implementação das obrigações ou engajamentos das convenções necessita fortes capacidades de acordo com a importância dos seus objectivos. As Convenções internacionais já foram implementadas em Cabo Verde, há vários anos, nomeadamente a CCD. No entanto, o problema da coordenação das suas implementações separada ou sinérgica não teve ainda solução.

O projecto NCSA-GEM, que traduz a vontade do Governo Caboverdiano em dar uma importância particular ao reforço sinérgica das capacidades, constitui uma oportunidade para Cabo Verde, com o apoio do PNUD-GEF, para melhorar as suas capacidades de implementação das convenções, e nomeadamente a CCD.

Lista das Abreviações

CCD	Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação
CBD	Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade
CCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
COP	Conferencia das Partes País
NCSA - GEM	Auto - Avaliação das capacidades nacionais para a gestão global do ambiente
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
SEPA	Secretariado Executivo para o Ambiente
DGA	Direcção Geral do Ambiente
CNA	Conselho Nacional para o Ambiente
DGASP	Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
GEF (FAM)	Global Environment Facility (Fundo para o Ambiente Mundial)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MEA	Millennium Ecosystem Assessment
NEPAD	Novo Partenariado para o Desenvolvimento da África
GPO/GPR	Gestão por Objectivos / Gestão por Resultados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
GOP	Grandes Opções do Plano
PAN-CCD	Plano de Acção Nacional – CCD
EPAN-CBD	Estratégia e Plano de Acção Nacional – CBD
EPAN-MC	Estratégia e Plano de Acção Nacional – MC
EPAN-SA	Estratégia e Plano de Acção Nacional – Segurança Alimentar
PANA II	II Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PAIS	Plano Ambiental Intersectorial
PAM	Plano Ambiental Municipal
DD	Desenvolvimento Durável
DSCR	Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.
MC	Mudanças Climáticas
S & A	Seguimento e Avaliação
ROSELT	Réseau d'Observation e de Suivi Ecologique à Long Terme
SID	Sistema de Informação sobre a Desertificação

SIG	Sistema de Informação Geográfica
GRN	Gestão dos Recursos Naturais
IEC	Informação, Educação e Comunicação
SIA	Sistema de Informação para o Ambiente
LCD	Luta contra a Desertificação
CSA	Conservação Solos e Água
LCP	Luta contra a Pobreza
PF	Pontos Focais
PMLCD	Programa Municipal de Luta contra a Desertificação
AGR	Actividades Geradores de Rendimentos
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
MEA	Acordos Multilaterais para Ambiente
AOSIS	Aliança dos Pequenos Estados Insulares

Sumário

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Contexto do Estudo
- 1.2. Objectivo do Estudo
- 1.3. Metodologia e limitações
- 1.4. Estrutura do estudo

2. APRESENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DE LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

- 2.1. Objectivos da CCD
- 2.2. Compreensão da Convenção
- 2.3. Instituições e mecanismos da Convenção
 - a) Conferência das Partes
 - b) Secretariado permanente
 - c) Comité das Ciências e Tecnologia
 - d) Comité encarregue da avaliação da implementação da Convenção (CRIC)
 - e) Mecanismo Mundial
 - f) Programas de Acção Nacionais

3. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DA CONVENÇÃO DE LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO (CCD)

- 3.1. Obrigações enquanto país afectado Parte
- 3.2. Obrigações enquanto país africano afectado Parte

4. PERTINÊNCIA DA CCD PARA CABO VERDE

- 4.1. O fenómeno da desertificação em Cabo Verde
- 4.2. A luta contra a Desertificação em Cabo Verde (1975-1995)
- 4.3. A nova abordagem da LCD a partir de 1995

5. POLÍTICA NACIONAL EM MATÉRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA CCD

- 5.1. Implementação da CCD – Situação no período intermediário de 1999
- 5.2. Implementação da CCD – Situação no período intermediário de 2002

6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO DA CCD EM CABO VERDE

- 6.1. Matrizes de Análise
- 6.2. Elementos suplementares de “*Constat*”
- 6.3. Conclusões
- 6.4. Recomendações

7. PERFIL DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL, PROBLEMATICA DA GESTAO AMBIENTAL, ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO DE UM PEQUENO ESTADO INSULAR

8. QUESTOES INTERSECTORIAIS E SINERGIAS ENTRE AS TRES CONVENCOES: A PROBLEMATICA DO REFORCO DAS CAPACIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DURÁVEL

CONCLUSÃO GERAL

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

QUADROS

Quadro nº 1: Lista de instituições - chaves e parceiras nacionais no âmbito da CCD e gestão ambiental

Quadro nº 2: Matriz de análise da implementação da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação

Quadro nº 3: Pontos fortes, pontos fracos e necessidades de capacitação ao nível Individual, Organizativo e Sistémico para implementação da CCD e outras Convenções de RIO

Quadro nº 4: Desertificação / Degradação das Terras: Vulnerabilidade e Estratégias de adaptação

Quadro nº 5: Pontos fortes e pontos fracos das Convenções

1. INTRODUÇÃO

- Os desafios do Ambiente Mundial mobilizam, desde há varias décadas, a comunidade internacional. Estes desafios foram identificados em relação as principais ameaças que assolam a terra, ou sejam:

- O aquecimento climático ligado as emissões de gases com efeito de estufa,
- A desertificação e / ou seca persistente, a degradação das terras,
- A perda de biodiversidade,
- A destruição da camada de ozónio da estratosfera,
- A poluição das águas nacionais e internacionais, continentais e marinhas,
- Os poluentes orgânicos persistentes.

- Os riscos de ruptura dos grandes equilíbrios bio – geo – químicos e os impactos potenciais sobre os homens justificam as acções iniciadas pela comunidade internacional para fazer face as essas ameaças.

- A iniciativa condutora da estratégia de luta da comunidade internacional apareceu sob forma de Desenvolvimento Durável, lançado em Estocolmo em 1972, e confirmado na Conferencia de Rio em 1992, através do consenso a volta dos princípios, recomendações e acções da *Agenda 21* e sobretudo das convenções internacionais, nova abordagem da problemática do ambiente mundial.

- Cabo Verde para confirmar a sua participação na luta contra as ameaças ambientais planetários, ratificou as principais convenções internacionais e comprometeu se implementa-las através de estratégias e planos de acção.

1.1. Contexto do estudo

O estudo enquadra – se no Projecto de “Auto – Avaliação Nacional para o Reforço das Capacidades na Gestão Ambiental Global” (NCSA – GEM) que tem por objectivo inventariar as prioridades e necessidades nacionais para o reforço das capacidades de gestão global do ambiente, particularmente no domínio das Convenções Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Luta contra a Degradação das Terras.

Esta iniciativa para Cabo Verde enquadra-se no âmbito da parceria estratégica entre o Fundo para o Ambiente Mundial (FAM / GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o intuito de apoiar os esforços de acompanhamento das actividades de reforço das capacidades nos domínios referidos.

1.2. Objectivo do estudo

Elaborar uma proposta de perfil temático da CCD em Cabo Verde, analisando os pontos fortes e pontos fracos da sua implementação e identificar as questões prioritárias e necessidades de reforço de capacidades na área temática específica.

1.3. Metodologia e limitações

- Identificação, recolha e análise de documentos relevantes para a área temática da CCD,
- Encontros com entidades e/ou instituições que actuam na área da CCD,

- Viagem para as ilhas.

Dado a limitação do tempo, o volume de trabalho e alguns constrangimentos administrativos e logísticos, a equipa de consultores na três áreas referidas, de acordo com a Coordenação do Projecto e o Parceiro Financeiro, privilegiou a primeira etapa de identificação, recolha e análise da documentação e para superar determinadas dificuldades no processo de encontros e visitas no terreno, foram realizadas jornadas /mesas redondas de informação, reflexão e dialogo inter activo em Santiago e S. Vicente.

1.4. Estrutura do estudo

O estudo do perfil temático da CCD, que consta neste presente relatório, está estruturado em três partes. A primeira parte apresenta a CCD com as principais disposições e obrigações. Na segunda parte, propõe se uma análise para identificar os pontos fortes e pontos fortes da estratégia nacional de implementação da CCD de acordo com as obrigações e compromissos da Convenção - os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças - As necessidades de reforço das capacidades para Implementação da CCD.

A terceira parte e quarta parte constituam uma introdução a problemática da gestão ambiental e as questões transversais e as sinergias entre as três (3) convenções.

2. APRESENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DE LUTA CONTRA A DESERTIFICACAO

2.1.Objectivos e princípios da Convenção de Luta contra a Desertificação (CCD)

- A Convenção é **um documento legal** que visa a assegurar a adesão das Partes para o longo prazo. Ele aparece como **o primeiro e único instrumento**, juridicamente constrangedor, implementado para abordar os problemas da desertificação.

A CCD conta com um preâmbulo, um texto principal de 40 artigos e 5 anexos relativos à implementação regional.

A CCD tem como objectivo: *“lutar contra a desertificação e diminuir os efeitos da seca nos países gravemente afectados pela seca e/ou desertificação, particularmente em África, graças às medidas eficazes adoptadas a todos os níveis, apoiados pelas disposições internacionais de cooperação e de parceria, no quadro de uma aproximação integrada, compatível com o Programa de Acção 21, com vista a contribuir para a instauração de um desenvolvimento durável nas zonas afectadas.”* Ainda acrescenta que *“para atingir este objectivo, será preciso implementar nas zonas afectadas estratégias integradas a longo prazo, e orientadas simultaneamente, sobre a melhoria da produtividade das terras bem como sobre a restauração, conservação e gestão durável dos recursos terra e água e que conduzam a uma melhoria das condições de vida, principalmente ao nível das comunidades”*. (Artigo 2 / 2.1)

- A Convenção dita os princípios seguintes que devem sustentar e guiar a aplicação das suas disposições ou sejam:

- O princípio da participação: as populações e as colectividades devem participar na concepção e execução dos programas de luta contra a desertificação e/ou mitigação dos

efeitos da seca com vista criar um ambiente portador que facilita a acção ao nível nacional e local.

- O espírito de solidariedade e de parceria internacional as partes as convenções devem melhorar a cooperação e coordenação aos níveis sub - regional, regional e internacional e melhor concentrar os recursos financeiros, humanos, organizacionais e técnicos onde são necessárias.
- O princípio de parceria deveria ser concretizado na instituição de uma cooperação entre poderes publicas à todos os níveis, colectividades, organizações não governamentais e exploradores/ utilizadores de terras, para melhor fazer entender, nas zonas afectadas, a natureza e valor da terra e dos *parcos* recursos hídricos, e promoção duma utilização duradoura desses recursos.
- As partes devem tomar em consideração a situação e as necessidades específicas dos países em desenvolvimento afectados partes e especialmente os países menos avançados.

A CCD foi adoptada em Paris (França), no dia 17 de Junho de 1994, que foi declarado Dia Mundial de Luta contra a Desertificação. Em Dezembro de 1996, a CCD entrou em vigor, 90 dias após a sua ratificação por 50 países. A primeira Conferencia dos Países Parte (COP/1) foi realizada em Roma (Itália), as regras que governam a COP e os seus órgãos subsidiários foram definidas, o funcionamento do Mecanismo Mundial estabelecido e o Secretariado permanente designado. Em 2002, cerca de 180 países já tinham ratificado ou aderido a Convenção.

2.2.Compreensão da Desertificação

- A comunidade internacional reconhece hoje o fenómeno da desertificação como uma preocupação maior para vários países em todas as regiões do mundo.

Estime se que a desertificação engloba:

- Mais de 3,6 biliões de hectares da superfície mundial de terás áridas, semi - áridas e sub - húmidas secas;
- 25% da área *continental do mundo*
- Quase 1 biliões de pessoas em mais de 100 países (dos quais 90 países em desenvolvimento), são todas afectadas pela perda de produtividade dos solos.
- Metade das populações as mais ameaçadas vivem na região do Sahel,

- De acordo com o texto da Convenção de Luta contra a Desertificação:

- “Desertificação” designa a *degradação das terras nas zonas áridas, semi – áridas e sub - húmidas secas em consequência de diversos factores, entre os quais as variações climáticas e as actividades humanas;*
- “Luta contra a desertificação” designa *as actividades que realçam a valorização integrada das terras nas zonas áridas, semi – áridas e sub - húmidas seca, com visto um desenvolvimento durável e cujo objectivo é:*
 - *Prevenir / reduzir a degradação das terras,*
 - *Preparar as terras parcialmente degradadas e,*
 - *Restaurar as terras desertificadas*

- ❑ “Seca” designa o fenómeno natural que acontece quando as precipitações são sensivelmente inferiores aos níveis normalmente registados e que provocam graves desequilíbrios hidrológicos prejudiciais aos sistemas de produção dos recursos da terra;
- ❑ “Diminuição dos efeitos da seca” designa as actividades ligadas à previsão da seca, cujo objectivo é reduzir a vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais face à seca, no quadro da luta contra a desertificação;
- ❑ “Terras” referem ao sistema bio produtivo terrestre que compreende o sol, os vegetais, outros seres vivos e os fenómenos ecológicos e hidrológicos que se originam no interior deste sistema;
- ❑ “Degradação das terras” designa a diminuição ou desaparecimento, nas zonas áridas, semi – áridas e sub -húmidas secas, da produtividade biológica ou económica e da complexidade das terras cultivadas não irrigadas, das terras cultivadas irrigadas, dos percursos, das pastagens, das florestas ou das superfícies arborizadas, devido à utilização das terras ou devido a um ou mais fenómenos, nomeadamente os fenómenos causados pela a actividade do homem e pelo seu modo de povoamento, tais como:
 - Erosão dos solos causada pelo vento e/ou pela água,
 - Deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou económicas dos solos,
 - Desaparecimento a longo prazo da vegetação natural;
- ❑ “Zonas áridas, semi – áridas e sub -húmidas secas” designam as zonas, com excepção das zonas árticas e sub – árticas, onde a relação entre as precipitações anuais e a evaporação possível situa se numa escala que oscila entre 0,05 e 0,65;
- ❑ “Zonas afectadas” designam as zonas áridas, semi – áridas e sub -húmidas secas afectadas ou ameaçadas pela desertificação;
- ❑ “Países afectados” designam os países cuja totalidade ou parte das terras são afectadas

2.3. Instituições e mecanismos da CCD

a) Conferencia das Partes (COP)

É o “órgão supremo” da Convenção. Ela examine periodicamente a implementação da Convenção. Ela reunia todos os governos assim como as organizações de integração regionais que ratificaram a Convenção. Até 2005, a COP já tinha organizado sete (7) sessões. A COP tem por principais funções o exame dos relatórios apresentados pelas Partes, nomeadamente no que toca as suas obrigações e engagements. A COP formula recomendações relativamente aos relatórios e pode emendar a Convenção ou adoptar anexos suplementares concernentes a implementação da CCD ao nível regional.

b) Secretariado permanente

A semelhança dos outros secretariados das Convenções, ele assiste a COP, assegurando a organização das reuniões, coordenação com outros órgãos pertinentes, a compilação e transmissão das informações. Por outro lado, e a pedido dos países partes em desenvolvimento afectados, ele apoia para reunir e transmitir as informações exigidas pela Convenção ou organizar os processos de consulta nacional.

c) Comitê das Ciências e Tecnologia

O CST é um órgão subsidiário da COP e um órgão pluri disciplinar aberta a participação de todas as partes. Ele fornece as informações e pareceres sobre as questões tecnológicas relacionados com a luta contra a desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

d) Comitê encarregue da avaliação da implementação da Convenção (CRIC)

O CRIC ajuda a COP no seguimento regular da implementação da Convenção. Ele se reúne todos os anos, durante e entre as sessões ordinárias da COP.

O CRIC procede ao exame de questões temáticas regionais e sub-regionais definidas pela COP, para tirar as conclusões e propor recomendações concretas a COP, sobre novas etapas da implementação da Convenção.

e) Mecanismo Mundial (MM)

Ele ajuda a COP na promoção dos financiamentos de actividades e programas ligados a Convenção. Ele esforça se para melhorar a coordenação entre as fontes de financiamento existentes e aumentar a eficácia na utilização dos fundos. O MM está sob a autoridade da COP e é sediado no FIDA.

f) Programas de Acção Nacionais (PAN)

Para implementar a Convenção, os países afectados pela desertificação elaboram e executam os PAN, PASR ou PAR. Os programas de acção previstos pela Convenção são elaborados na base de consultas entre países afectados, países doadores, organizações inter governamentais e não governamentais. Este processo deve melhorar a coordenação entre parceiros e mobilização de recursos para os que mais precisam. O papel dos países desenvolvidos na mobilização de financiamento para a implementação e seguimento dos PAN é determinante.

3. OBRIGACÕES E COMPROMISSOS DA CONVENÇÃO DE LUTA CONTRA A DESERTIFICACÃO

3.1. Obrigações enquanto país afectado Parte

- Por um lado, Cabo Verde enquanto país afectado Parte é obrigado no âmbito da Convenção a:
(2ª parte da Convenção - Disposições Gerais, Artigo 4º)

- Conceder a prioridade requerida à luta contra desertificação e à diminuição dos efeitos da seca, e conceder os recursos suficientes de acordo com a sua situação e os seus meios;
- Estabelecer estratégia e prioridades, no quadro dos planos e/ou das políticas de desenvolvimento durável, para lutar contra a desertificação e diminuir os efeitos da seca;

- Atacar as causas profundas da desertificação e dispensar uma atenção especial aos factores sócia – económicos que contribuem para este fenómeno;
- Sensibilizar as populações locais, principalmente as mulheres e os jovens, e facilitar a sua participação com o apoio das organizações não governamentais, na acção criada para lutar contra a desertificação e para diminuir os efeitos da seca; e
- Criar um ambiente adequado reforçando, da forma mais conveniente, a legislação apropriada, adoptando, caso não existam novas leis, e elaborando novas políticas a longo prazo e novos programas de acção.

3.2. Obrigações enquanto país africano afectado Parte

- Por outro lado, no quadro da implementação da CCD a nível regional (Anexo I *Relativo a implementação a nível regional para a África - Artigo 4º*) Cabo Verde, de acordo com as suas respectivas capacidades, compromete-se a:

- Fazer da luta contra a desertificação e/ou da diminuição dos efeitos da seca o vector essencial de uma estratégia de eliminação da pobreza;
- Promover a cooperação e a integração regionais, num espírito de solidariedade e de parceria, baseados no interesse comum, nos programas e actividades com vista a lutar contra a desertificação e/ou diminuir os efeitos da seca;
- Racionalizar e reforçar as instituições existentes, da forma, mais conveniente, para aumentarem a sua eficácia e assegurar uma utilização mais racional dos recursos;
- Promover a troca de informações sobre as tecnologias, conhecimentos, “savoir-faire” e praticas apropriadas; e
- Pôr em curso os planos de urgência para diminuir os efeitos da seca nas zonas degradadas pela desertificação e/ou pela seca.

Em conformidade com as obrigações gerais e particulares apontadas nos artigos 4º e 5º da Convenção, os países africanos afectados Partes esforçam – se para:

- Conceder os créditos orçamentais requeridos, em função da situação e dos meios do país, e tendo em conta a nova prioridade que a África atribui ao fenómeno da desertificação e/ou seca.
- Continuar e intensificar as reformas adoptadas em matéria de descentralização e de melhoria do regime da exploração dos recursos, e reforçar a participação das populações e das colectividades locais; e
- Identificar e mobilizar recursos financeiros nacionais e suplementares e desenvolver, com prioridade, os meios e os mecanismos disponíveis, a nível nacional, para mobilizar os recursos financeiros internos.

De acordo com a Convenção, o Programa de Acção Nacional é o elemento central da estratégia de LCD e mitigação dos efeitos da seca.

4. PERTINÊNCIA DA CCD PARA CABO VERDE

- O fenómeno da desertificação em Cabo Verde

Em Cabo Verde, tal como nos outros países do Sahel, a seca ou défice de chuvas, a primeira causa da desertificação identificada pela população. Às acções nefastas da seca, devem-se adicionar às do homem, em Cabo Verde, essas acções traduzem-se essencialmente por :

- ✓ Uma desarborização devida a corte de lenha para a energia domestica;
- ✓ Uma pastagem excessiva por animais, em particular as cabras;
- ✓ Um uso inadequado das terras para fins agrícolas;
- ✓ Cultivos extensivos sem tratamentos preliminares nas encostas de forte declivo;

A principal consequência social da seca no meio rural é o aumento do desemprego e do êxodo rural.

O fenómeno da desertificação manifesta-se em todo o país, de forma diferente e de acordo com as características físicas das ilhas do arquipélago: por exemplo, no Sal, Boa Vista e Maio, ilhas planas e arenosas, a desertificação manifesta-se, sobretudo pelo desaparecimento quase total do coberto vegetal e por erosão eólica intensiva. Nas outras ilhas, os efeitos combinados das características geomorfológicas e climáticas provocam um escoamento torrencial e uma erosão hídrica considerável.

Em Cabo Verde, existe o fenómeno da desertificação e a problemática da degradação das terras.

- A luta contra a Desertificação em Cabo Verde (1975-1995)

A partir da independência (1975) os responsáveis cabo-verdianos deram ao ordenamento do espaço rural uma dimensão nacional. O estabelecimento de uma estratégia de reconquista da natureza está ligado a razões de ordem política, cultural e económica. O Governo pretendia reduzir a pobreza no meio rural criando empregos e diminuir o êxodo rural. Assim a maioria dos empregos ligados a luta anti erosiva, à restauração biológica e à gestão da água foi proporcionado pelas FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra). As acções de luta contra a desertificação são consideráveis e constituem um sucesso inegável no combate a desertificação.

Principais resultados obtidos na LCD de 1975 até 1995

Designação das acções	Resultados
Meias luas (em nº)	19.625.723
Banquetas (km)	38.811
Pequenas paredes (km)	2.707
Pequenos diques (m3)	25.146
Paredes de protecção (km)	45
Cerrado de palha (km)	53
Superfície arborizada (ha)	73.000
Infra-estruturas hidráulicas (nº) (poços, furos, tanques, cisternas...)	Indeterminado (?)
Formação de técnicos e camponeses (nº)	Varias centenas
Consciencialização nacional na LCD	Muito forte

Fontes MAAA/SEPA – Guia Metodológico de implementação de projectos LCD

No entanto, foram apontados vários pontos fracos na maioria das anteriores acções de LCD, tais como:

- ✓ Ausência de uma abordagem integrada e multi-sectorial;
- ✓ Falta de coordenação entre os projectos e o enquadramento institucional;
- ✓ Insuficiência do seguimento - avaliação continuo dos projectos;
- ✓ Insuficiência do trabalho de pesquisa - desenvolvimento nos projectos.

- A “nova abordagem” da LCD à partir de 1995

Cabo Verde foi o primeiro país africano e o secundo no mundo que assinou e ratificou a Convenção de Luta contra a Desertificação. Isto demonstra a importância estratégica dada a referida Convenção num contexto inovador pelas autoridades cabo-verdianas, fazendo de Cabo Verde um país “chefe de fila” na sub - região africana.

Consciente do fracasso dos métodos de intervenção preconizados no passado e tendo uma real vontade de fazer participar as populações nas políticas de desenvolvimento rural, o Governo cabo-verdiano adoptou uma estratégia que favorece a descentralização dos serviços técnicos e a privatização das actividades de produção e gestão dos recursos naturais, com uma desvinculação gradual do Estado.

A *abordagem participativa* (*) que abre perspectivas para uma participação activa e responsável das populações e colectividades locais, e a nova metodologia de concepção, integração e gestão dos projectos de LCD, foram escolhidos como instrumentos privilegiados da nova estratégia de intervenção do Governo no âmbito da CCD.

(*) O conceito de Abordagem Participativa conheceu em Cabo Verde três grandes fases (*Fontes MAAA/SEPA – Guia Metodológico de implementação de projectos LCD*):

- De 1975 a 1985: Participação = Mão-de-obra remunerada
- De 1985 a 1990: Participação = Implicação das populações
- A partir de 1990: Participação = Responsabilização e parceria

5. POLITICA NACIONAL EM MATÉRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA CCD

- Existe um quadro legal muito ampla, e em principio, favorável à implementação da CCD e das Convenções de Rio (ver Anexo 2: legislação, convenções e acordos, nas várias temáticas ambientais).

- Ao longo dos anos houve um conjunto de instituições - chaves e parceiras que apoiaram na implementação da CCD em Cabo Verde. **O Quadro nº 1 apresenta uma listagem de instituições – chaves e parceiras nacionais cujo papel e contribuição são estratégicos e pertinentes na continuidade e reforço da implementação da CCD e das Convenções Ambientais em Cabo Verde**

- No contexto da politica ambiental nacional e no âmbito da implementação da CCD foi elaborado um conjunto de Planos / Programas / Projectos Nacionais dos quais:

- O III PND (1992-1995) que reitera como prioridade, a protecção do meio ambiente.
- O IV PND (1997-2000) e as Grandes Opções do Plano (GOP) que adopta como prioridade a implementação de uma política ambiental no Programa Global para o Ambiente Integrado.

- O PANA I (1994-2005)
- O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP (1996-2008)
- O Plano de Acção Florestal - PAFN (1994) que integra o Plano de Acção Florestal Tropical (PAFT)
- O PAN-LCD (Elaborado em 1998 e aprovado em 2000) é o instrumento para implementação da CCD em Cabo Verde
- EPAN-CBD (1999)
- EPAN-MC (1999)
- O Programa do Governo, as GOP e o V PND 2001-2004: Dado a fragilidade e vulnerabilidade do país, o Governo reconhece que as actividades ligadas a conservação e protecção do ambiente devem ser enquadrados num cenário de sistemas de gestão durável dos RN e do território.
- O PANA II (2004-2014)

5.1. Implementação da CCD – Situação no período intermediário de 1999

- ✚ Relativamente as políticas e estratégias ambientais, Cabo Verde defendeu que o desenvolvimento sustentado deve ser institucionalizado e continuar participativo e suportado pela cooperação internacional.
 - Um Plano de enquadramento das estratégias ambientais deve ser elaborado e implementado ou seja o PANA
 - Um Conselho Nacional para o Ambiente será instituído
 - O Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente foi criado
 - A Elaboração e implementação do PAN-LCD (1998-2002)
 - A Elaboração e implementação do PNLP (1996-2008)
 - A Convergência do PAFN com o Plano de Acção Florestal Tropical (PAFT) enquanto instrumento de LCD e gestão dos RN
- ✚ Prioridades foram estabelecidas para equacionar os constrangimentos institucionais tais como: - a criação de *uma agência nacional* para tratar da temática da CCD e ambiente – Adopção de normas reconhecidas e validadas universalmente em relação a transferência de tecnologias, técnicas e conhecimentos na temática CCD e ambiente – Cooperação internacional regionais e sub-regionais respeitante a o ambiente – ratificação das Convenções orientadas para a defesa do ambiente.
- ✚ Ao longo dos anos, os PND (1982-1985;1986-1990;1992-1995;1997-2000) incorporaram os conceitos de regionalização, descentralização e protecção do ambiente. Por conseguinte, foram elaboradas e tomadas medidas no sentido de ajustar as normas e procedimentos e dedicar atenção à matéria de reconstrução nacional, ordenamento do espaço e protecção ambiental
- ✚ Foram elaborados e executados estudos e actividades dos quais:
 - Dois (2) Planos de Desenvolvimento de Bacias Hidrográficas (Santiago)

- Criação de Florestas Comunitárias e programa de informação e formação para o ambiente
 - Estudos da quantificação da erosão e escoamento superficial
 - Construção de infra-estruturas de controlo da erosão e sistematização do terreno, no quadro do programa de conservação mecânica e biológica dos solos e água
- ✚ Para dar continuidade a implementação da estratégia nacional ambiental, peças de legislação fundamentais foram publicadas, tais como a Lei-quadro do Ambiente e a Lei-quadro do Ordenamento do Território (1993).
- ✚ A configuração da Administração mudou ao longo dos anos, de acordo com as prioridades, circunstâncias e políticas prevalecentes e ligadas *com as temáticas descentralização e protecção ambiental*:
- ✚ O Ministério da Agricultura (MA) viu as suas atribuições reforçadas em termos de planeamento, coordenação, controlo, monitorização, execução e avaliação das políticas dos RN e ambientais. Dentro do quadro organizacional do MA, o SEPA foi responsabilizado para assumir as tarefas de coordenação e mobilização dos parceiros institucionais que tem, em grau diferente, um mandato sobre as questões ambientais, ou sejam os Ministérios de: Agricultura; Mar; Turismo e Transportes; Infra-estruturas e Habitação; Comercio – Indústria e energia; Defesa, Educação; Saúde.
- ✚ Foi criado o Conselho de Ministros Especializado para os Assuntos do Ambiente, como órgão executivo e decisor máximo (os ministérios referidos acima integram este órgão).
- ✚ Foi criado o CNAG (Conselho Nacional de Água), órgão de gestão responsável pelos RH, sob a tutela do MA.
- ✚ Ao nível local, a lei nº 134/ IV/95 de 3 de Julho de 1995, confia a o Município o papel de Promotor na sua área de jurisdição, da formulação de planos e programas de acção para proteger a natureza e os RN.
- ✚ As ONG's e associações de cunho ambiente - desenvolvimento foram criadas e estão presentes em quase todas as comunidades locais, para apoiar a LCD na vertente sensibilização e acompanhamento no terreno (Amigos da Natureza, ADAD, MORABI, OMCV, Fórum Permanente Educação, CITI-HABITAT, SOL&VENTO, ...) . As ONG's, em parceria com o SEPA, reuniram-se em fórum nacional em Abril de 1997 para divulgar a conteúdo e espírito da CCD.
- ✚ Cabo Verde já é membro do CILSS desde Setembro de 1975 e ratificou a Convenção revista do CILSS, assinada a 22/04/1994, através da Resolução nº 114/IV/95 de 3 de Novembro, da Assembleia Nacional.
- ✚ Cabo Verde ratificou em Março de 1995 as Convenções das NU sobre a LCD, MC e BD. Após a ratificação da CCD, actividades foram levadas a cabo entre 1996 e 1997, tais como: campanhas de sensibilização do público; encontros entre autoridades centrais,

loais e a sociedade civil; organização do fórum nacional em Novembro 1996; os primeiros passos para a formulação do PAN-LCD (finalizado em 1998).

- ✚ Os parceiros de desenvolvimento residentes foram contemplados por acções de sensibilização, facilitadas pela França, enquanto *Chef de File*. O principal objectivo desse exercício foi reforçar o engajamento de todos no processo de implementação da CCD.
- ✚ Houve processos para a criação de Comissões Municipais Especializadas para as questões Ambientais e Comissões Municipais para o Ambiente e Desenvolvimento – CMAD
- ✚ No quadro da elaboração do PAN-LCD e no âmbito da CCD, medidas específicas foram tomadas para contrapor um cenário de deterioração dos RN, degradação das terras:
 - As actividades de exploração agrícola foram objectos de um mecanismo de seguimento permanente: o Sistema de Alerta Precoce adequado par avaliar os efeitos da seca e desempenhar um papel importante na determinação do nível de segurança alimentar do país. O sistema é avaliado e validado anualmente conjuntamente entre o GOCV, CILSS e FAO.
 - Dado a inexistência de BD sobre os ecossistemas, esforços foram consentidos para favorecer a criação de um Sistema de Informação para o Ambiente.
 - Para melhorar o conhecimento público nos conceitos e processos de desertificação, foi lançada a institucionalização da Educação Ambiental (EA) no sistema Ensino Básico Integrado e Ensino Secundário.
- ✚ Em referência à implementação da CCD, Cabo Verde para além dos recursos orçamentais próprios, recebeu apoios financeiros por parte da França, CILSS, Luxemburgo & PNUD (através do Projecto UNSO/PNUD), Secretariado da CCD. Parceiros de desenvolvimento como o PNUD, FAO, USAID, Banco Mundial, União europeia e vários outros parceiros bilaterais, prestaram assistência técnica e financeira na execução dos projectos CCD e ambientais. Vários fundos de orientação ambiental estão em processo de criação, incluindo o Fundo para o Ambiente. No referente a Fundo Nacional de LCD (validado no fórum de Dezembro 1997), ela está ainda em processo de oficialização, assim como os seus mecanismos de constituição, utilização e gestão.

5.2. Implementação da CCD - Situação no período intermediário de 2002

- ✚ O IV PND defina novas linhas de orientação da política ambiental que preconizam o reforço do envolvimento da sociedade cabo-verdiana na resolução das questões ambientais, através da educação, formação, capacitação institucional e desenvolvimento de um sistema de informação. A abordagem preconizada é integradora dos temas ligados à : i) Conservação dos RN, Biodiversidade e zonas costeiras – ii) Protecção e extensão das áreas florestais – iii) o ambiente urbano e peri-urbano – iv) a cooperação internacional, regional, sub - regional.

- ✚ As GOP (2002) estabelecem linhas orientadoras de médio prazo para a actuação do Governo nos domínios transversais prioritários ligados a questão ambiental (melhoria do acesso a água, saneamento, habitat, AGR, segurança alimentar, LCP)
- ✚ O PANA II, como instrumento da política ambiental nacional está a ser revisto para **integrar** o Ordenamento do Território como elemento - chave da gestão ambiental e para **estabelecer** uma relação firme entre a política de gestão ambiental e a estratégia de luta contra a pobreza (PNLCP) : *de acordo com as obrigações gerais da CCD (artigo 4º), as estratégias de eliminação da pobreza devem ser integrados nos esforços de LCD e da mitigação dos efeitos da seca.*
- ✚ O PAFN (1994), parte integrante do PAFT) é elaborado segundo as directrizes do III PND, e está em conformidade com os objectivos da CCD e as estratégias do novo PANA.
- ✚ A Administração é alvo de uma nova configuração em Fevereiro de 2002, assim o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), extingue o SEPA e cria a **Direcção Geral do Ambiente** (DGA) que terá como responsabilidades e tarefas de elaborar e submeter políticas e estratégias no domínio ambiental, avaliar e instruir processos de impactos ambientais dos projectos. Cabe a **DGASP** a execução, gestão e avaliação dos projectos no quadro dos planos e programas ambientais, particularmente na LCD e protecção da biodiversidade terrestre.
- ✚ Do conjunto de instituições *supra-nacionais* envolvidas na implementação da CCD, destacam-se:
 - O Conselho de Ministros para o Ambiente (CMA): órgão de decisão e coordenação das políticas na matéria;
 - O Conselho Nacional de Águas: órgão interministerial presidido pelo MAP;
 - O Conselho Nacional para o Ambiente: órgão consultivo e de articulação das políticas de cooperação entre as organizações publicas e privadas nacionais;
 - A ONC (Órgão Nacional de Coordenação da implementação da CCD) , criado em 1995, integra representantes do CMA, da Plataforma das ONG's, Plataforma dos camponeses, Associação dos Municípios.


O MAP, em concertação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, desenvolve as parcerias em matéria de ambiente, agricultura, alimentação e pescas com o CILSS, FAO, PAM, FIDA e outros organismos internacionais.
- ✚ Ao nível autárquico, funcionam as Comissões Especializadas para o Ambiente que integram representantes dos serviços desconcentrados do Estado, ONG's, associações profissionais e da sociedade civil.
- ✚ As ONG's actuam ao nível das Comunidades locais e de base nos domínios da sensibilização e educação ambiental, projectos de arborização, saneamento, preservação dos RN.
- ✚ O quadro legislativo para as questões ambientais repousa na lei do Ordenamento do Território e na lei de base do Ambiente.
- ✚ O processo consultivo desencadeado em apoio a elaboração e execução do PAN-LCD e dos acordos de pareceria entre as Partes, arranca com a escolha da França como “*Chef de File*” dos financiadores parceiros de Cabo Verde na LCD. Assim a França presta assistência técnica e institucional ao SEPA de 1996 a 2000, apoia vários programas, projectos e os Serviços Municipais particularmente no domínio de abastecimento de água

potável. Em 2003 estão previstas acções nas áreas da gestão dos recursos hídricos desenvolvimento rural durável, pesquisa e desenvolvimento.


A Cidade da Praia acolheu em Março 2002, o Fórum “*balanço de execução da CCD*”, onde foi adoptada a “*Declaração da Praia*” a ser apresentada na Cimeira do Desenvolvimento Durável em Joanesburgo, em princípio, em Agosto 2002.

Das medidas tomadas no quadro dos PAN, destaca-se a publicação do Livro Vermelho – um alerta para melhoria dos sistemas de protecção das espécies e RN; e o Primeiro Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde.


O Governo tem para aprovar o ante-projecto de decreto-lei de criação do Fundo Nacional FN-LCD, tal como recomenda a CCD e prevê o PAN-LCD.

-  As acções de capacitação e formação nos domínios da planificação, técnicas de LCD, Abordagem Participativa, foram executados e estão em curso ao nível dos Municípios e das associações de Base. O processo de criação dum SIA foi relançado em Fevereiro 2002. Os esforços foram feitos para a perenização da Educação ambiental no EBI, assim como para harmonizar as contribuições dos parceiros no processo de execução do PAN-LCD.

Estudos de bacias hidrográficas (em Santiago) estão em curso para determinar as potencialidades de desenvolvimento agrário e a dinamização social e económica da actividade agrícola e de protecção ambiental. Programas e Projectos foram lançados, ao nível do território nacional, nos domínios de conservação e restauração dos solos; correcção torrencial; agricultura irrigada; capacitação institucional; micro - financiamentos.

-  Para a mobilização dos fundos para LCD, a criação de formas descentralizadas de financiamentos, co - geridas através de mecanismos negociadas entre as partes, é a orientação estratégica. Entretanto os mecanismos clássicos de financiamento do PAN-LCD continuarão a ser implementados: assim os recursos não destinados ao FNLCD terão a sua origem no estado, parceiros de desenvolvimento, municípios, ONG's, Associações.

Além dos parceiros bilaterais (França, Luxemburgo, Holanda...) os parceiros multilaterais como o Sistema das nações Unidas, Banco Mundial e União Europeia prestaram uma assistência técnica e financeira determinante para a execução de projectos ambientais inseridos no PND. No quadro da LCD, agricultura, florestação, engenharia rural, recursos hídricos animação rural, ambiente, investigação - formação, segurança alimentar, mobilizou-se em média 821 milhões de ECV por ano, a ajuda externa versou 892 milhões de ECV no mesmo período 1996-2001 (?).

-  Dos indicadores de progresso em matéria de LCD e mitigação dos efeitos da seca registam os seguintes passos, acções e resultados:
 - Melhoria dos rendimentos dos agricultores, em particular das zonas (sub-húmidas) altas;
 - Assunção pelos privados, em substituição do estado, da importação e multiplicação dos factores de produção no sector da agricultura e pecuária;

- Introdução e assunção na engenharia rural, da planificação por bacias hidrográficas com envolvimento das associações comunitárias e produtores, e capacidade de desenvolver grandes obras de mobilização de águas de escoamento;
- A lei dos solos e os planos de ordenamento do território das ilhas de Boavista, Maio e Sal vêm reforçar, em princípio, a política ambiental e de desenvolvimento sustentável preconizado pelo Governo;
- As associações de agricultores e criadores de animais e associações comunitárias aumentaram de uma forma significativa;
- Nove (9) planos directores integrados de bacias hidrográficas foram elaborados e seis (6) planos foram concluídos nas três ilhas mais agrícolas de Cabo Verde.
- Os progressos na fruticultura são ilustrados pelas infra-estruturas de produção de plantas e de bancos de gesmoplasma em diferentes ilhas e pela fixação de plantas em aproximadamente 1.150 ha (1997/2000);
- A Superfície cultivada no regadio tem-se estabilizado entre 1.750 a 2000 há, para um potencial de 2.500 a 3000 ha. A situação em 2000 apontava para ocupação de 1.800, sendo 200 ha sob rega gota-gota;

Quadro 1: Lista de instituições - chaves e parceiras nacionais no âmbito da CCD e gestão ambiental

Instituição	Missão e atribuições	Razões da implicação da instituição	Sua contribuição no processo de Implementação da CCD (Assessoria técnica, Seguimento, Avaliação, Fiscalização consulta, elaboração de relatórios, fornecimento de dados, financiamento)
Direcção Geral do Ambiente	A Direcção Geral do Ambiente é um serviço central do Ministério do Ambiente, Agricultura (MAA) com funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ambiente e recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto Focal dos PF's das Convenções de Rio - Participação na avaliação e estudos de impactos ambientais. - Elaboração das políticas e estratégias ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
DGASP	<p>Implementação da política do Governo nos domínios da agricultura e desenvolvimento rural. Encarregada de conceber a estratégia de desenvolvimento nos diferentes sectores, de determinar as orientações e implementar acções que assegurem e valorizem a exploração racional dos recursos agrícolas.</p> <p>Elaboração da estratégia de preservação e desenvolvimento das florestas. Estabelecimento e execução de políticas, estratégias e programas de luta contra a desertificação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Integração do aspecto adaptação aos riscos ligados a desertificação na política nacional em matéria de agricultura. - Implicação na implementação da CCD - Envolvimento nas políticas de exploração e conservação das terras. - Parte integrante na elaboração e implementação de estratégias de adaptação a desertificação - Participação nos estudos do sector florestal face aos riscos de desertificação e na definição de planos de arborização, reflorestação, conservação de solos e águas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados

INERF	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição especializada na Engenharia Rural e Florestal - Executora dos programas e projectos de CSA em concertação com a DGASP - Executora dos projectos de perfuração de furos e outras infra estruturas específicas para captação e armazenagem de água 	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar de ser objecto de uma reestruturação funcional e operacional e / ou redimensionamento institucional, o INERF capitaliza uma <i>expertise nacional</i> forte nas suas áreas de actuação. - Participação nas actividades / iniciativas / projectos no âmbito da implementação da CCD e na gestão ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria e execução técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
Direcção Geral da Indústria e Energia	<p>Elaboração e implementação de políticas governamentais no domínio da indústria, energia, minas e geologia.</p> <p>Sedeado no Ministério da Economia e Competitividade. O seu papel é a difusão e promoção das energias. Assegura a produção, o transporte e a distribuição da energia eléctrica no território nacional</p>	<p>Papel na política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Fornecimento de dados
INDP	<p>- Sob a tutela do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar, o INDP está encarregado dos estudos e pesquisas que interessam a evolução haliêutica ao longo da ZEE cabo-verdiana e da pesca deste potencial. Faz a</p>	<p>Participação na avaliação dos impactos possíveis da erosão, degradação e das MC sobre as zonas costeiras cabo-verdianas e sobre os recursos haliêuticos e as opções de adaptação a esses impactos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados

	análise do contexto físico e fisiológico do litoral (oceanografia física e biológica). - Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais marinhos.		
INIDA	Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais terrestres.	- Observação e Seguimento da evolução dos ecossistemas naturais (SID, SIG, ROSELT) - Avaliação e estudos de impactos ambientais.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados - Financiamento
LNEC	Laboratório especializado no domínio das infra-estruturas (estradas, barragens, portos)	A sua base de dados é utilizada para a concepção de infra-estruturas de base do país. Será útil na compreensão do fenómeno da desertificação e das MC reais constatadas nos últimos anos e os seus impactos nos sistemas hídricos, solos e zonas costeiras.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados
INGRH	Elaboração e implementação da política governamental em matéria de planificação, de mobilização, de gestão e preservação das águas, ordenamento das grandes obras hidráulicas, sua manutenção e gestão.	- Integração na política e estratégia de gestão e de planificação dos recursos hídricos. - Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados
- ELECTRA & Câmaras Municipais / SAA	Planificação e aprovisionamento em água potável, bem como a	- Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos	- Assessoria técnica

<p>- Câmaras Municipais (CM)</p>	<p>distribuição, passando pelas fases de estudo, concepção, realização, gestão e exploração das unidades de produção e distribuição e do controlo da qualidade das águas e a protecção dos recursos.</p> <p>Entidades de poder local com atribuições e responsabilidades, em parceria com serviços desconcentrados do estado, nos sectores ligados ao ambiente, saúde, agricultura, florestas, mar, meteorologia, protecção civil, energia, água, ordenamento do território e habitat.</p>	<p>hídricos e opções de adaptação ambientais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento - Implementação e acompanhamento ao nível local, das estratégias nacionais de luta contra a desertificação - Participação nos estudos de avaliação da vulnerabilidade dos espaços com riscos e sectores vulneráveis e na elaboração de medidas de adaptação. - Participação nos estudos de ordenamento do território (espaço rural e urbano) 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Financiamento de Programas / Projectos (Electra) - Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização
<p>Serviço Nacional da Protecção Civil</p>	<p>Implementação da política do Governo em matéria da protecção civil a nível nacional e municipal, estudo e prevenção de riscos naturais e tecnológicos, integração das acções da protecção civil em planos, programas e projectos de âmbito nacional, regional e internacional com vista à redução dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, informação e sensibilização pública nos</p>	<p>É a estrutura nacional que se ocupa da integração das problemáticas dos riscos e vulnerabilidade ambientais na política da protecção civil em Cabo Verde à qual o governo dotou de todos os instrumentos necessários para a prevenção e redução dos riscos naturais e tecnológicos, devendo trabalhar em permanente concertação e coordenação com outras entidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria de redução de riscos e desastres - Incitação de parcerias

	domínios da prevenção e preparação em caso de acidentes graves, catástrofes e calamidades.	públicas e privadas com responsabilidades na matéria. Além disso, o SNPC constitui o elemento central de todo o sistema nacional da protecção civil, devido à sua missão de dinamizar e catalizar todo o esforço nacional com o fito de redução dos riscos e dos desastres.	internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional em matéria de protecção civil e redução dos riscos
Direcção Geral do Ordenamento do Território	A Direcção Geral do Ordenamento do Território parte integrante do Ministério da Descentralização, Ordenamento do Território e Habitat, tem funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ordenamento do território nacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Integração dos aspectos de adaptação aos riscos ambientais na política e estratégia nacional em matéria de (re) ordenamento do território. - Participação nos estudos e avaliações dos impactos ambientais. - Participação activa nas redes de observação sistemática ecológica e ambiental (SIG, ROSELT, SIA) - Propostas de estratégias e medidas para (re) ordenamentos dos espaços com riscos em parceria com SNPC e as CM 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização
Sector Privado Associações Comerciais e Industriais, Empresas Comerciais, Empresa / Grupos Industriais, Empresas de Construção Civil, Sociedades Petrolíferas/Gás, Sociedades / Empresas de Produção e Distribuição Energéticas (Convencionais e	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento económico - Desenvolver e reforçar os sectores comerciais, industriais - Participar e contribuir no crescimento económico e aumento da competitividade nacional - Fomentar / participar na transferência de Tecnologias e “know-how” 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação e contribuição no reforço do sector comercial, do tecido industrial nacional - Desenvolvimento socio-económico - Contribuição na transferência de tecnologias modernas adaptadas ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, exploração das terras e conservação dos solos e águas - Desenvolvimento do sector das 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de dados - Consulta e elaboração de relatórios - Assessoria técnica - Investigação - Financiamento de “processos” ligados à transferência de tecnologias modernas e de protecção / conservação ambiental

Renováveis);		Energias Renováveis	
Institutos Superiores de Ensino e Investigação: ISE, ISECMAR, INIDA, JEAN PIAGET	Instituições superiores de ensino e Investigação que lidam directa ou indirectamente com as problemáticas ambientais, implementação das Convenções, Gestão dos RH, observação sistemática dos ecossistemas.	- Participação na avaliação da vulnerabilidade e dos riscos ambientais e elaboração de medidas de adaptação; - Realização de estudos geológicos, geográficos, bio geográficos, biológicos e climatológicos ;	- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Investigação
ONG's	Estudos, Inquéritos e Pesquisas no domínio ambiental, da gestão dos RN e das energias renováveis assim como participação em projectos ligadas as Convenções de Rio	- Experiência da sociedade civil e a sua participação na implementação CCD e outras Convenções Ambientais - Participação na problemática da Gestão dos RN - Divulgação da informação sobre as Convenções de Rio e a problemática da Gestão Ambiental.	- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios
Gabinetes de Estudos Técnicos e Científicos	Gabinetes de Estudos dotados de uma experiência nos domínios ambientais, ordenamento do território, observação sistemática.	“Expertise” nacional permitindo apoiar os estudos, avaliações e projectos ligados a gestão ambiental, ordenamento do território, gestão dos RN.	- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios

6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO DA CCD EM CABO VERDE

6.1. Matrizes de análise da implementação da CCD.

A proposta que se segue (**Quadros nº 1, nº 2, nº 3**) tem por objectivo inventariar sucintamente os pontos fortes, pontos fracos, necessidades prioritárias para o reforço das capacidades no quadro da CCD e no âmbito das Convenções de Rio.

Porém, é intrínseca reconhecer os esforços enormes, quase hercúleos, de Cabo Verde na Luta contra a Desertificação anteriormente a CCD, é também necessário realçar o papel de Cabo Verde enquanto “*locomotiva*” da CCD na sub-região saheliana, mas é importante assinalar que Cabo Verde não aproveitou melhor e nem sequer “esgotou” os recursos ou oportunidades da CCD. Por conseguinte, somos da opinião que é preciso fazer, de uma forma critica mas sempre construtiva, um “*constat*” e propor, na medida dos possíveis algumas pistas, para reflexão, discussão e validação, no sentido de proceder à *uma revisão estratégica* na implementação da CCD, no contexto particular de Cabo Verde e no âmbito do PANA II.

- a) **O Quadro Resumo nº 2**, com base a análise do *III Relatório Nacional da Implementação da CCD em Cabo Verde (2004)*, apresenta um conjunto de estratégias, programas e iniciativas adoptadas ou *institucionalizadas*, mas cujas implementações enfrentam limitações ou constrangimentos de vários tipos.
- b) **O Quadro Lógico nº 3**, mais abrangente em termos individual, institucional, sistémico, apresenta detalhadamente **os vários pontos fortes, pontos fracos e necessidades de reforço das capacidades** tanto no quadro da CCD como no âmbito das outras convenções de Rio.
- c) **O Quadro Sintético nº 4**, apresenta, de uma forma geral e especificamente para o caso de Cabo Verde, os riscos ligados a desertificação e possíveis estratégias de adaptação.

Quadro 2

Matriz de análise da implementação da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação

Obrigações / Compromissos da Convenção	Estratégias, Planos, Programas, Iniciativas desenvolvidos para cumprir as Obrigações	Limitações na implementação das estratégias, planos, programas, iniciativas para o cumprimento das obrigações
1. Estratégias e Prioridades estabelecidas no quadro dos planos e/ou das políticas de desenvolvimento durável	<p>- Planos e Programas para atingir o objectivo de desenvolvimento durável: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e Programas do Governo - As Grandes Opções do Plano – GOP: uma “Agenda Estratégica” (com referência ao Estudo do NLTPS, <i>Perspectivas de Cabo Verde até o horizonte 2020</i>) – O PAN-LCD (elaborado em 1998); O PANA II (2004-2014)</p> <p>- Propostas para conservação e protecção do ambiente: Proteger dos ecossistemas marinhos e costeiros; Proteger os ecossistemas terrestres; Reorganizar os sistemas agrícolas, silvícolas e de criação do gado ou mistas; criar as condições de adaptação dos sistemas agrícolas, florestais e marinhos às mudanças climáticas; Prevenir as catástrofes naturais.</p> <p>- Conjunto de planos e programas a serem elaborados e executados para atingir os objectivos definidos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Plano de Ordenamento do território. ❖ Plano de ordenamento da orla marítima. ❖ Programa de protecção da biodiversidade e dos recursos genéticos. ❖ Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, horizonte 2015 e o Plano de acção 2005 – 2008 ❖ Programa de protecção do ambiente contra as mudanças climáticas. ❖ Programa de mitigação das alterações do ambiente e previsão das catástrofes ❖ Programa de controlo da poluição marinha. ❖ Programa de educação ambiental ❖ Programa energia e ambiente ❖ Programa de criação duma Reserva da Bio esfera em cabo Verde 	<p>- Recursos financeiros insuficientes.</p> <p>- Necessidade de um reforço mais importante das capacidades de mobilização de recursos.</p> <p>- Falta de Capacidades técnicas especializadas nas áreas referidas</p> <p>- Necessidades de reforçar as instituições técnicas nacionais e entidades locais nos domínios da gestão, seguimento e avaliação.</p> <p>- Necessidade de Integração dos diferentes planos e programas num Plano Nacional de Gestão Ambiental, parte integrante duma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Durável.</p>

<p>2. Medidas institucionais e organizações tomadas para implementar a Convenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro Institucional e Organizacional <ul style="list-style-type: none"> - Criação do Ministério de Ambiente - Criação da Direcção Geral do Ambiente - Criação do Conselho Nacional para o Ambiente (CNA) - ONC (Órgão Nacional de Coordenação da CCD) criada em 1995. - Criação duma Comissão Parlamentar para a Protecção do Ambiente (Resolução da AN 91/IV/2004). - Plataforma das ONG's com OSC ligadas a protecção do Ambiente e Desenvolvimento comunitário. - Cabo Verde continua permanecendo no CILSS e beneficiando de programas, de formação de quadros e trocas de experiências. • Quadro Legal <ul style="list-style-type: none"> - A Constituição da Republica de Cabo Verde no seu Artigo 72º consagra a todos os cidadãos o direito ao ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. - Lei de base do Ordenamento do Território (Lei nº 85/IV/93). - Lei de base da política ambiental (lei nº 86/IV/93). - Lei de base do “código da água” nº 41/II/84. - Decreto - lei nº 75/99 define o regime jurídico da autorização ou concessão para utilização dos recursos naturais. - Decreto legislativo nº 14/97 que estabelece as normas regulamentares para gerir e proteger o ambiente contra todas as formas de degradação. - Lei nº 48/V/98 que regula a actividade florestal. - Resolução nº 3/2000 que aprova a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade. - Resolução nº 4/2000 que aprova o Programa de Acção Nacional de Luta contra Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca. - Decreto-Lei nº 7/2002 que estabelece as medidas de protecção das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. - Decreto-lei nº 3/2003 estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e sítios. - Decreto-lei nº 6/2003: Regime jurídico de autorização e exploração das careiras. - Decreto-lei nº 31/2003 sobre eliminação dos resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares e outros. - Decreto-lei nº 2/2002 que estabelece as normas disciplinares para extracção de areia nas dunas, praias e nas águas territoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Necessidade de um Regulamento de funcionamento do CNA</i> - <i>Envolvimento menos importante de Cabo Verde enquanto um dos “Chefes de Fila” da CCD na sub-região saheliana.</i> - <i>Necessidade de uma redefinição do papel da ONC e reforço técnico-financeiro no âmbito da CCD e no quadro do CNA.</i> - <i>Necessidade de Reforço das ONG's enquanto Actores da CCD e portadores do PANA II e não simplesmente como beneficiários do “processo”.</i> - <i>Falta de regulamentação, aplicação e fiscalização de determinadas leis tanto ao nível nacional como local.</i> - <i>Falta de harmonização de procedimentos e mecanismos de seguimento da legislação entre o nível nacional e local.</i> - <i>Necessidade de actualizar determinadas leis para a gestão ambiental.</i>
---	--	--

<p>3. Processo participativo desencadeado em apoio à elaboração e execução dos Programas de acção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Geralmente a apresentação das grandes preocupações e tomadas de decisões são feitas através de Ateliers, Mesas – redondas, consultas e encontros colectivos, com a participação efectiva dos actores e parceiros nacionais, internacionais e locais. A elaboração e apresentação do PANA II foram objecto duma ampla mobilização ao nível comunitário, sectorial nacional e local. • Uma ampla campanha de educação ambiental através do sistema educativo nacional com o apoio do CILSS e União Europeia até 2001. Um novo Programa foi inscrito no PANA II com início em 2005. • Elaboração dos PM-LCD • Envolvimento das associações locais, nomeadamente de agricultores, nas actividades de LCD combinando as técnicas científicas e conhecimentos tradicionais. 	<p>- A abordagem foi mais “colaborativa” do que “participativa”</p> <p>- Existe um handicap ao nível das trocas permanentes e regulares de informações. Há necessidade de implementar um Fórum inter - activo e de facilitar o seu acesso e utilização a todos os actores e parceiros.</p> <p>- Apesar de uma participação forte e activa dos actores e parceiros nos encontros, muitos encontros não são objecto de seguimento por falta de acompanhamento e ausência de mecanismos de seguimento e avaliação da implementação das decisões saídas dos debates nacionais e/ou locais.</p> <p>- Ruptura “no processo” IEC Ambiental. Deve ser dada uma nova dinâmica e ênfase ao IEC, sobretudo na vertente gestão ambiental que deve ser mais abrangente, em termos institucional e de domínios.</p> <p>- Fraca interiorização dos conceitos e procedimentos da convenção CCD e dos seus instrumentos.</p> <p>- Falta de uma capitalização mais abrangente tanto ao nível territorial como nos domínios de interesse. Necessidade de estudos e meios técnicos complementares para implementação de uma BD ampla dos conhecimentos tradicionais no processo de LCD.</p>
<p>4. Processos consultivos desencadeados em apoio à elaboração e execução do PAN e dos acordos de parceria com as partes e as outras entidades interessadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio efectivo dos parceiros internacionais tanto na implementação de projectos LCD como na elaboração do PANA II (UE, BM, FIDA, PNUD/GEF, FAO, França, Holanda, Luxemburgo, USA, Portugal.) • Implementação de um mecanismo <i>informal</i> de consulta e harmonização das actividades entre países parceiros. • O Secretariado da CCD e o MM apoiaram nas realizações de encontros nacionais e locais. 	<p>- No quadro da implementação do PAN-LCD, os apoios recebidos se revelaram insuficientes para executar inúmeros projectos.</p> <p>- Não consta uma avaliação global dos impactos PMLCD e não existe informações a cerca da continuidade deste processo.</p> <p>- Necessidade de revisar os processos de selecção e priorização dos projectos nacionais e locais. As avaliações continuas, a meio - percurso e/ou finais são necessárias para o efeito, através um sistema de S&A permanente e fiável.</p>

<p>5. Medidas tomadas ou previstas no quadro dos PAN, principalmente as destinadas a melhorar o clima económico, conservar os recursos naturais, melhorar a organização institucional, o conhecimento do fenómeno da desertificação e supervisionar e avaliar os efeitos da seca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnostico das experiências do passado para medir os impactos da acções contempladas no PAN: análise de projectos para identificar as eventuais lacunas e ganhos. Levantamento de projectos a serem integrados no PANA II e nos PAIS. • Implementação de Medidas de Protecção dos Recursos Naturais, melhoria da estrutura administrativa, aprofundamento do conhecimento sobre o fenómeno da desertificação e acompanhamento / avaliação dos seus efeitos. Medidas para melhorar o clima económico. • Medidas para o reforço das capacidades locais. 	<p><i>- Faltam estudos complementares do Impacto do PNLP sobre o ambiente.</i></p> <p><i>-Necessidade duma avaliação quantitativa de determinados parâmetros e uma análise mais aprofundada do impacto das actividades de LCD e efeitos da seca, tanto no meio rural, como no peri-urbano e urbano.</i></p> <p><i>- Necessidade de uma aplicação em larga escala da Observação Sistemática da degradação das terras.</i></p> <p><i>- A componente CCD não consta no PANA II: não existe um PAIS-CCD.</i></p> <p><i>- Necessidade de uma forte capitalização da CCD em Cabo Verde para reforçar o PANA II.</i></p> <p><i>- Na execução dos Projectos CCD, a componente “Hard” ou física foi privilegiada e a vertente “soft” ficou para ser reforçada e implementada de uma forma mais abrangente</i></p> <p><i>- Necessidade de reforço das capacidades técnicas das populações através do IEC. É preciso habilitar as populações através dos conhecimentos ambientais através do PANA II e das Convenções.</i></p> <p><i>- Falta de continuidade no processo de capacitação ambiental.</i></p> <p><i>- Falta de uma adequação entre saber e saber-fazer e relação com as prioridades e necessidades práticas.</i></p>
---	--	--

<p>6. Recursos financeiros atribuídos a título do orçamento nacional em apoio à implementação da Convenção e as ajudas financeiras assim como a cooperação técnica recebidas e exigidas com indicação das necessidades e da sua ordem de prioridade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foram adoptados mecanismos de financiamento, tais como os FCP Alimentar, o micro – credito através de ONG's nacionais ou internacionais, financiamento bancário, apoio do sector privado nas AGR's. - Financiamento do PAN, através da cooperação internacional no âmbito de projectos de CSA, LCP e desenvolvimento rural. - Apoio do MM na mobilização de determinados recursos. - O Fundo Nacional para o Ambiente deve, depois da sua regulamentação, constituir a principal fonte as actividades ambientais. - Mobilização da cooperação técnica, no âmbito do PANA II, com apoio da Holanda, FIDA, PNUD, ... 	<p><i>- A política sectorial “ambiente”, dentro do PANA II, não é explícita na cobertura financeira de todas as componentes da LCD. É preciso verificar a eficácia do mecanismo de mobilização dos recursos reservados ao PANA II e atribuição efectiva de uma porção consequente destes recursos para a LCD através do PAN.</i></p> <p><i>-Procurar alternativas ou outros meios de existência, para as populações, para evitar as agressões ambientais e poupar os RN.</i></p> <p><i>- Reactualizar e reforçar o SID nacional, o SIG Nacional, dentro do SIA, enquanto bases de dados de referência espacial / instrumentos de gestão dos projectos do PANA II.</i></p> <p><i>- Necessidade de reforçar o Seguimento/Avaliação /Monitorização em termos operacionais.</i></p> <p><i>- Necessidade de proceder a capacitação especializada dos quadros, técnicos e actores nacionais e locais.</i></p>
--	--	---

Quadro 3: Pontos fortes, pontos fracos e necessidades de capacitação ao nível Individual, Organizativo e Sistémico para implementação da CCD e outras Convenções de RIO

Organização			
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de pontos focais designados para as três convenções - O PF operacional está sediado numa instituição - chave da CCD : DGASP / MAA - O PF "político" está integrado na DGA/MAA 	<ul style="list-style-type: none"> - O perfil técnico dos PFs não corresponde/responde as necessidades ou exigências da CCD, há necessidade de reforçar as suas <i>expertise/capacidades de resposta</i> - Não existe sinergias entre os PF das convenções e a implementação das convenções ocorre separadamente, de forma isolada ou com duplicação de esforços. Actualmente o seguimento da CCD é da responsabilidade de técnicos (DGASP e DGA), com outras atribuições ou tarefas 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço das capacidades técnicas, de enquadramento dos PFs no contexto da CCD - Estabelecimento de sinergias entre as convenções - Necessidade de criar uma estrutura formada por técnicos especializados por exemplo, em gestão dos RN, conservação e protecção ambiental, planeamento, legislação, economia, SIG, Seguimento e Avaliação técnico e científico
INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> -Existência do PAN-LCD, PMLCD, PANA II, PAM, planos estratégicos: instrumentos de apoio a CCD e as outras convenções que viabilizam a planificação coordenada, integrada e sinérgica - Existência de estruturas e instrumentos responsáveis das Convenções e gestão ambiental: CNA, DGA, DGASP, serviços municipais, ONG's, Associações, técnicos para assegurar a coordenação, execução e seguimento - Iniciativas de reforço das capacidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de quadros especializados nos domínios da CCD, Elaboração de relatórios é uma dinâmica pouco regular, Coordenação interna, interinstitucional muito limitada - Visão estratégica, capacidade de planificação e de elaboração de Projectos de desenvolvimento reduzidos - <u>Subaproveitamento dos técnicos existentes, indigitados ou nomeados para outras tarefas de rotinas</u> - Falta de mecanismos de concertação, integração, coordenação entre as estruturas técnicas - <u>Exige-se dos serviços técnicos – chaves (nomeadamente no âmbito da CCD), capacidades de concepção, execução, de gestão, e seguimento, tarefas essas que deveriam ser compartilhadas com outras estruturas técnicas e de gestão (DGA, DGASP, DGPOG, GEP/MAA, ect...).</u> - Limitações de funcionamento devido a falta de pessoal especializado e restrição de meios financeiros - Existe a necessidade de actualizar os documentos estratégicos de forma a organizar melhor e identificar claramente as linhas prioritárias de implementação e continuidade da CCD, em sintonia com as suas orientações - Houve uma ruptura no processo CCD ao nível nacional e local, registou-se uma queda na participação colectiva e individual. - Fracas capacidades de resposta em relação aos vários instrumentos tais como NEPAD, PANA II, EPAN-CBD, EPAN-MC, EPAN-CCD, EPAN-SA, Planos Estratégicos, ODM, GPO/GPR 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço das capacidades institucionais das Entidades – Chaves da CCD e de todos os parceiros estratégicos para a implementação da CCD e das outras convenções - A necessidade de reforçar as capacidades da DGA enquanto Entidade mobilizadora e instrumento dinamizador responsável da coordenação para implementar as Convenções e nomeadamente a CCD - Reforço da sustentabilidade das instituições para a implementação da CCD - Reforço das capacidades para o desenvolvimento de uma estratégia de integração das instituições, participativa, para a implementação da CCD (a integração sectorial e sua ligação com os utilizadores directos dos RN)
SISTEMICO	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, redução da pobreza - Existência de mecanismos de coordenação e instrumentos para a implementação da convenção: CNA, ANMCV, comissões municipais, locais 	<ul style="list-style-type: none"> É necessário melhorar o enquadramento das convenções ao nível desses instrumentos através de actividades transversais que fortaleçam a implementação da política ambiental e das convenções Fraca integração entre estratégias nacionais para a implementação da CCD e as outras convenções 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um núcleo de assessoria técnica especializada de alto nível, junto da CNA e DGA para reforço das capacidades das estruturas e parceiros estratégicos da CCD e outras convenções. O núcleo será especializado nas negociações, gestão, seguimento das Convenções.

LEGISLAÇÃO			
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Existem alguns especialistas e um grande potencial de jovens juristas que actualmente reforçam suas capacidades em matéria de legislação ambiental, de acordo com as exigências das convenções e acordos internacionais, no contexto dos vários programas, projectos e iniciativas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe uma linha definida ou estratégia de implementação da legislação pelo que os esforços são individuais, isolados e muito limitados; - Não existe juristas especializados em legislação ambiental internacional ao nível nacional 	Reforço das capacidades individuais em matéria de legislação ambiental para melhorar o quadro legislativo e facilitar a futura implementação das convenções, e ao mesmo tempo aproveitar melhor as oportunidades de capacitação, em forma sistemática e contínua (Convenções de Rio, Protocolos de Cartagena, Quioto, por exemplo)
INSTITUCIONAL	Existem juristas dentro das instituições responsáveis do ambiente Existência de uma variedade de instituições com intervenção na fiscalização e controlo para o cumprimento das obrigações da CCD e outras convenções de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - Os seus enquadramentos e perfis em matéria de CCD e gestão ambiental global não são os mais apropriados; - Existência de um amplo quadro legislativo com limitações na aplicação, controlo e fiscalização: limitações fortes para dar resposta a fiscalização e controlo do cumprimento da lei; as instituições têm problemas materiais, técnicos e financeiros para cumprir às suas atribuições nesta área 	<ul style="list-style-type: none"> -Reforçar as capacidades institucionais em matéria de legislação ambiental; - Promover a implementação de um <u>núcleo nacional de juristas, legisladores e negociadores especializados</u> nas convenções / acordo internacionais e a gestão ambiental global;
SISTEMICO	Um quadro legal favorável à implementação da CCD e das Convenções de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - O perfil e capacidades insuficientes dos responsáveis da elaboração dos quadros legislativos para o ambiente ao nível estratégico: Cabo Verde está a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico e social que não integra fortemente e prioritariamente a componente ambiental - Em termo de legislação existem leis ambientais incompletas e/ou pouco implementadas (legislação fundiária, utilização dos solos, legislação marítima, legislação sobre a poluição, a genética, ect...), outras com lacunas de concepção teórica - ambiental (<u>ordenamento estratégica do território : ordenamento do espaço rural e urbano, ordenamento das zonas vulneráveis</u>) - Uma parte considerável da legislação nacional precisa de mecanismos de regulamentação e fiscalização funcionais e operacionais: <u>existem ainda muitas práticas irresponsáveis de utilização e gestão dos RN</u> (pesca, agricultura, turismo, industria, urbanização, etc); 	<ul style="list-style-type: none"> - O quadro legal necessita ser revisado, ampliado, reforçado, de acordo com o desenvolvimento das Convenções as COPs para sua actualização e fácil implementação em Cabo Verde - Reforço das capacidades e dos conhecimentos dos decisores, negociadores e planeadores do desenvolvimento em função da revisão e controlo da implementação da CCD e outras Convenções de RIO.

FORMAÇÃO

NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Muitos quadros jovens integram a esfera económica do país, ao nível da função pública, empresa privada e dos municípios - Alguns destes quadros encontram-se fora do país reforçando suas capacidades e conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de uma política nacional de formação de quadros especializados, assim sendo os esforços são individuais, de alto custo e de difícil aceso; - <u>Falta de uma capitalização das formações e capacitações realizadas ao nível nacional e local (falta de um Base de Dados Nacional)</u> - Limitações para o trabalho em equipa - Limitações de conhecimentos teóricos e práticos dos conceitos e da metodologia participativa como ferramenta fundamental para a participação das comunidades locais na implementação das Convenções de Rio 	<p>Estratégia nacional de formação e capacitação na implementação e seguimento das Convenções ambientais, aos vários níveis: formal e académica (médio e superior), profissionalizante e de capacitação especializada</p>
INSTITUCIONAL	<p>Desenvolvimento de varias iniciativas de reforço das capacidades institucionais para a implementação das Convenções</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fraco enquadramento da CCD no interior dos programas e projectos institucionais sectoriais - Limitações para o trabalho em equipa - <u>Falta de uma capitalização das formações e capacitações realizadas ao nível nacional e local (falta de um Base de Dados Nacional)</u> - Limitações de conhecimentos teóricos e práticos dos conceitos e da metodologia participativa como ferramenta fundamental para a participação das comunidades locais na implementação das Convenções de Rio 	<p>Reforço das capacidades de planificação e desenvolvimento estratégicos ligadas com as Convenções ambientais de Rio</p>
SISTEMICO	<p>Ao nível nacional os profissionais que intervêm na implementação das Convenções possuem fortes capacidades profissionais no seu ramo de formação: sociólogos, planeadores, economistas, biólogos, gestores, biólogos terrestres, marinhos, biotecnológicos, juristas, etc...</p> <p>- Cabo Verde integrou a rede internacional de Investigação em Educação Ambiental</p> <p>- O nível de educação do cidadão comum é bom em Cabo Verde;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem muitas capacidades limitadas em matéria de gestão ambiental. O perfil dos decisores e estrategos é limitado em matéria ambiental e no contexto da Convenções - A Educação Ambiental ao nível nacional é limitada; os conhecimentos, a consciência e sensibilidade civil ou colectiva para a conservação e protecção ambiental são bastante reduzidas (impactos dos efeitos e necessidades de adaptação a Desertificação, Perda da Biodiversidade, Mudanças Climáticas) - Os Cabo-verdianos conhecem muito mal a implementação da CCD, a Biodiversidade nacional, a problemática das Mudanças Climáticas em Cabo Verde; não existem programas para a actualização dos conhecimentos em Cabo verde 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar as capacidades dos decisores e planeadores estratégicos em matéria da implementação da Convenções - Capitalização e divulgação ao nível nacional e local dos conhecimentos e resultados da implementação das Convenções - O reforço da IEC em gestão ambiental ao nível nacional e local é imperativo

INVESTIGAÇÃO			
NÍVEIS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Nos últimos anos formaram-se mais quadros nas áreas especializadas: biólogos terrestres e marinhos, botânicos, taxionomistas, biotecnólogos economistas, sociólogos, geógrafos, geólogos, planeadores, gestores com uma visão da problemática ambiental e desenvolvimento	Os especialistas integram instituições que não utilizam a concertação estratégica e abordagem integrada nem interdisciplinar ou intersectorial	Criar iniciativas de integração de cientistas numa rede interdisciplinar, de investigação nacional e internacional para a abordagem da problemática da gestão ambiental
INSTITUCIONAL	<p>- Existência de instituições de coordenação da investigação para a CCD, DBD, CCC: DGA, DGASP, DGOT, ect...</p> <p>- Existência de instituições especializadas de ensino superior e investigação: ISECMAR, INMG, INGRH, ISE, INIDA, INDP, IESIG, IMP, Uni. Piaget etc.</p> <p>Programas e Projectos de investigação para a CCD, CBD, CCC, concluídos ou em desenvolvimento</p>	<p>Não existe uma estratégia e plano de acção para a investigação nacional:</p> <p>a) Programa nacional de formação e investigação para o desenvolvimento sustentável, nos eixos previamente definidos como prioritários pelas Convenções: ordenamento do território, EIA, inventariação, observação sistemática, adaptação, poluição terrestre e marinha e atmosférica, GIZC, capacidade de negociação para a cooperação, bio economistas, gestores ambientais, etc;</p> <p>b) Políticas de captação de fundos para a investigação e transferência tecnológica (know-how)</p>	<p>- Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários, funções dos ecossistemas, gestão dos RN, Conservação Sustentável, Eco - desenvolvimento, em função das orientações e exigências as Convenções CCD, CBD, CCC</p> <p>- Identificação das áreas de convergência para a investigação integrada</p> <p>- Capitalização de experiências existentes</p>
SISTEMICO	- Existência de programas, projectos e iniciativas nacionais e regionais: ROSELT, TENATSO, PGIPAP, PCMC- CV; SIA, SSQA; programa regional de adaptação às MC nas zonas costeiras em Africa do Oeste - GEF; PRCM, CCLME;	<p>- Limitações no aproveitamento das oportunidades de investigação ao nível regional e global</p> <p>- Limitações nas sinergias dos programas nacionais e regionais</p>	<p>- Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários, funções dos ecossistemas, gestão dos RN, Conservação Sustentável, Eco - desenvolvimento, em função das orientações e exigências as Convenções CCD, CBD, CCC</p> <p>- Identificação das áreas de convergência para a investigação integrada</p> <p>- Capitalização de experiências existentes</p> <p>- Dinamizar a participação de Cabo Verde nas iniciativas regionais e mundiais de LCD, conservação da BD, adaptação as MC e Gestão Ambiental Global</p>

Caixa 1: Desafios do reforço das capacidades institucionais

Para tornar operacional um quadro institucional adequado para a implementação das Convenções, além do apoio financeiro e da aquisição dos conhecimentos e do saber - fazer, é preciso *catalizar* a forma como os actores - parceiros se organizam e se coordenam para definir os programas de trabalho, produzir os serviços, partilhar as informações, cooperar, tomar decisões, vulgarizar os resultados. Neste contexto, o reforço das capacidades parece mais com arranjos institucionais, considerando que são diferentes organizações e instituições que tem uma intervenção nos campos das Convenções. Daí a colocação de um conjunto de questões:

- . Quais estruturas escolher?
- . Que tipos de relações fomentar entre essas estruturas?
- . Qual abordagem adoptar nas investigações?

A escolha das estruturas não só deverá obedecer a critérios de elegibilidade bem definidos mas também identificar os vectores de reforço em termos de potencialidades institucionais, de competências existentes e de comportamento institucional (atitude progressista, comportamento participativo, vontade de sinergia, ...). A observação das tendências dá mais ênfase a apreciação das competências (grau de formação, experiência profissional, publicações) e ao estatuto jurídico (administração, associação, ONG, empresa) que, ao que parece, não são muito determinantes. Pois, não se trata só de implementar uma equipa de competências para dispor de uma garantia de sucesso.

As relações que devem ditar o trabalho em equipa / núcleo nacional, se fundam em primeiro lugar nas relações sócias de parceria baseadas na confiança e cujo racionalidade vai para além da competência dos seus membros. Essas relações devem ser estabelecidas na transparência, no reconhecimento das competências distintas de cada parceiro – actor e na equidade da partilha dos resultados. Neste contexto, a Coordenação Nacional tem um papel fundamental tanto ao nível da definição dos TdR como ao nível da partilha dos resultados. Ela não deve se impor de uma forma hierárquica, mas sobretudo ter uma margem de flexibilidade e de abertura com base os TdR estabelecidos (entre e com as entidades parceiras) que constituem a “*base contratual*”.

Relativamente a estratégia a adoptar, não existe obviamente um *modelo standard*, mas sim *abordagens* que tomam em conta a situação particular dos parceiros presentes, dos objectivos visados e da natureza das actividades a serem levadas a cabo.

Caixa 2: Aspectos práticos do reforço das capacidades

O reforço das capacidades necessita a procura dos arranjos institucionais que respondem directamente aos objectivos das Convenções. Ele deve ser levado conjuntamente e em relação com as capacidades e experiências locais que se enquadram nas perspectivas de desenvolvimento durável. Neste quadro, os projectos devem servir não só para reforçar as estruturas de decisão e de investigação, mas também para tecer redes de ligações entre as instituições e permitir assim a aquisição de competências comuns.

A identificação das instituições nacionais e das competências do núcleo de coordenação nacional resulta de investigações iniciais, tendo em consideração o carácter pluridisciplinar e multi-sectorial e transversal das Convenções. As instituições e/ou equipas nacionais são envolvidas na implementação das actividades e integram um processo de aprendizagem de “Job-training” favorecendo a aquisição de conhecimentos e saber-fazer, através de trabalhos sobre os diferentes engajamentos das Convenções







A implementação do conjunto de actividades necessárias incumba a Coordenação Nacional com o apoio de assistência técnica nacional ou internacional. Assim a estratégia para o reforço das capacidades deveria permitir identificar a cada sequência:

- *As capacidades necessárias*: conhecimentos (ciências e técnicas ligadas as Convenções tecnologia, organização, planeamento, análise, tomada de decisão, reflexão estratégica, gestão, etc...).
- *Os tipos de actividades por realizar* : pesquisa, transferência/ cooperação tecnológico, decisão, produção/distribuição, coordenação, comunicação, etc...
- *Os actores envolvidos*: administração, empresas, centros de investigação, gabinete de estudos, associações, ONG, etc...
- *As modalidades de reforço das capacidades*: componente capacidades (formação inicial, formação continua, comunicação), componente actividades (formação continua, apoio técnico, arranjos institucionais específicos, procura de sinergias através de redes, *interface*, *parthenariado*).

O reforço das capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o desenvolvimento endógena das estruturas nacionais, por conseguinte a visão linear e descontinua dos projectos que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar para uma visão mais integrada onde é o projecto que deve se adaptar a estrutura para reforça-la.

Quadro nº 4: Desertificação / Degradação das Terras: Vulnerabilidade e Estratégias de adaptação		
Riscos / Vulnerabilidade	Impactos socio-económicos	Estratégias de adaptação
<ul style="list-style-type: none"> • Degradação dos solos • Aumento do escoamento superficial e erosão hídrica • Redução das águas superficiais e do lençol freático • Deficit hídrico • Salinidade dos solos • Diminuição dos recursos pastorícios • Diminuição da capacidade regenerativa natural dos solos • Deficit de recursos / produtos florestais • Redução / perda da biodiversidade • Erosão costeira • Degradação dos ecossistemas hidrográficos • Intrusão salina no interior dos ecossistemas hidrográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza e insegurança alimentar • Diminuição dos rendimentos das populações rurais • Êxodo rural e aumento da pobreza peri - urbana • Desequilíbrios territoriais e regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço e manutenção das obras de arborização e reflorestação e de conservação dos solos e água nas zonas mais vulneráveis • Desenvolvimento e Reforço de equipamentos, infra-estruturas de perfuração, captação, retenção e armazenagem de água • Acesso facilitado aos financiamentos para sistemas gota - gota • Desenvolvimento de formas de gestão duráveis agro-silvo-pastoris • Assegurar a protecção e conservação da diversidade biológica • Introdução de espécies mais resistentes, melhoria genética • Promoção das energias renováveis / alternativas e de combustíveis domésticos de substituição • Regulamentação e Fiscalização da extracção de areia e inertes • Ordenamento e protecção das zonas costeiras e ecossistemas hidrográficos • Implementação de mecanismos de gestão duráveis de RN • Responsabilização da sociedade civil e das comunidades rurais na gestão durável dos RN

6.2. Elementos suplementares de « *constat* »

-  Desde o início, a CCD tem fortes ligações com as questões ambientais, ela é categorizada como uma convenção para o desenvolvimento e não simplesmente como uma convenção ambiental. *O PAN-LCD por conseguinte, devia ser considerado em Cabo Verde como um instrumento para o desenvolvimento e uma ferramenta para a gestão ambiental.*
-  O Conselho dos Ministros para o Ambiente (CMA) foi criado e encarregue de coordenar todas as actividades de todos os Ministérios envolvidos nas acções ligadas a GRN (Gestão dos Recursos Naturais).
-  A criação do ONC (Órgão Nacional de Coordenação), foi efectiva em 1995, de acordo com a Resolução 9 relativa as actividades a serem implementadas em urgência em África; *Este órgão enfrentou constrangimentos de funcionamento e problemas de coordenação.*
-  Grande parte das actividades de LCD foi desenvolvida de acordo com os princípios básicos da CCD, nomeadamente a participação das populações, parcerias locais, nacionais e internacionais. O SEPA foi designado como ponto focal da CCD. *É de salientar que a implementação da CCD em Cabo Verde, entre 1995 e 2001-2002, foi coordenada através de um Projecto de reforço institucional, apesar de o processo PAN-LCD ser descentralizado e “participativo” durante este período, é de reconhecer que a coordenação foi centralizada ao nível do SEPA, a abordagem institucional escolhida foi “projecto” e não “programa”. Depois de o Projecto de apoio a implementação da CCD terminar na actual DGA, não temos informação de uma capitalização efectiva, no seio da DGA, de todas as actividades, resultados e perspectivas para dar continuidade ao processo CCD em Cabo Verde. É de referir que o PANA II, em princípio, absorveu “o “capital” CCD em Cabo Verde”.*
-  O Artigo 16 da Convenção interpela as Partes para integrar e coordenar a colecta, análise e troca de dados e informações para permitir de assegurar a **Observação Sistemática da degradação das terras** e melhor avaliar os efeitos da seca e da desertificação. Isso poderá ser feito através da implementação, ao nível nacional, de um sistema de informação sobre o ambiente. *O SEPA iniciou as actividades neste sentido com estudos ligados a criação e implementação de um “SIG piloto”, nomeadamente em Santiago. Mas não se tratou de um verdadeiro SID nacional (Sistema de Informação sobre a Desertificação), ambos temático e instrumento de seguimento e avaliação sistemática. No âmbito do PANA II, a DGA criou um SIA (Sistema de Informação para o Ambiente). Este sistema em fase de implementação, não integrou ainda o SID.*
-  Depois das COP / CCD, foram elaborados Relatórios de missão, *mas não houve do nosso conhecimento, ateliers de restituições das recomendações e decisões, para informação das outras entidades nacionais, Municípios, Sociedade Civil, Comunidades de Base e Beneficiários.*

- ✚ *O saber-fazer, as praticas e técnicas tradicionais não foram sistematicamente capitalizadas no âmbito do PAN-LCD – Existem estudos específicos, mas não houve um “projecto de apoio / reforço das capacidades para capitalização sistemática destes conhecimentos”. Isto é, consideramos que não foram aproveitadas as oportunidades da CCD neste domínio específico.*
- ✚ *Muitos estudos já foram feitos no quadro das Convenções em Cabo Verde. Os estudos no âmbito da CCD foram inventariados para criação de um BD, mas não houve continuidade deste processo. Não existe uma compilação acessível aos beneficiários e utilizadores desta informação, ou sejam as populações.*
- ✚ *No âmbito da CCD, a questão do acesso seguro aos recursos naturais (RN) e a problemática fundiária são fundamentais. Em Cabo Verde a desertificação é uma realidade gritante, a erosão dos solos existe, de uma forma geral os RN continuam se degradando e a serem objecto de “agressão” por parte das populações necessitadas, apesar da amplitude dos investimentos injectados pelo Estado e os seus parceiros na Luta contra Desertificação. Da nossa opinião, esta questão fundaria carece na implementação do PAN-LCD e do PANA II. Ela deve ser retomada em conta no processo actual de *revisão estratégica* na implementação das Convenções (ver **na caixa seguinte argumentos para o efeito**)*

A falta de acesso a terra pode comprometer a durabilidade e sustentabilidade dos meios, na medida em que condiciona as estratégias utilizadas pelas famílias que, muitas vezes, são obrigadas a recorrer a actividades alternativas que ao longo prazo são danosas para o ambiente (apanha de areia, apanha de lenha.... por exemplo), para garantir a sua sobrevivência, a curto prazo.

*Segundo o ISVAF – 2005, cerca de 10% das famílias, declaram não praticar a agricultura por não terem terra. **Aliado a isso, não há uma cultura de protecção ambiental e de visão a longo prazo das questões de GRN por parte das populações** que se manifesta no pastoreiro e tentativas de invasão de zonas protegidas (dos pastores que vivem perto do Monte Verde - Ilha do Fogo, ou então tentativas de desmatamento de acácias e pinheiro em zonas altas de S. Antão para a pratica de sequeiro).*








A procura de parcelas da zona, sobretudo em terrenos baldios, é uma alternativa que, sobretudo nas ilhas de Santiago e Fogo, constitui uma estratégia de acesso a terra utilizada pelos camponeses.

O papel da terra na LCP e a insegurança alimentar: um dos caminhos para a redução da pobreza é o aumento da capacidade produtiva dos pobres na agricultura, pecuária e pesca.

A terra pode servir como capital económico enquanto garantia para o acesso ao crédito.

Fontes : Ateliers Regionais: Apoio a revisão da legislação e a reforma das instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras – **Propostas de solução** - Projecto FAO/TCP/CVI/3002

6.3. Conclusões

-  As mudanças institucionais nos últimos anos, apesar de serem contextuais e necessárias, prejudicaram o processo de implementação da CCD, houve uma fraca interiorização dos conceitos, princípios e objectivos da CCD pelos vários novos decisores e gestores políticos e institucionais.
-  Em relação aos engajamentos no âmbito da CCD, houve um problema de circulação da informação entre as entidades envolvidas no processo de implementação da CCD.
-  Houve um “*decalage*” temporal e até um desfasamento processual entre a elaboração do PAN-LCD (1998), aprovação do PAN-LCD (2000), mobilização de financiamentos e execução de projectos (1996-2001).
-  O enquadramento da CCD no PANA II: apesar dos esforços de alargamento do PANA II (na sequência da transição do PANA I para o PANA II), o PANA II não conseguiu integrar as varias questões ligadas a CCD e/ou PAN-LCD (**ver o Quadro nº 1 e nº 2**) . No processo de revisão / actualização do PANA II, é preciso proceder a uma reorientação da problemática da CCD.
-  O problema dos recursos financeiros: a política sectorial “*ambiente*”, dentro do PANA II, não é explícita na cobertura financeira de todas as componentes da LCD. É preciso verificar a eficácia do mecanismo de mobilização dos recursos reservados ao PANA II e atribuição efectiva de uma porção consequente destes recursos para a LCD através do PAN.
-  Problemática do seguimento e avaliação : a abordagem escolhida para orientar os projectos sustentados pelo processo descentralizado quer - se em coerência com a complexidade dos problemas locais de gestão dos recursos e de desenvolvimento. Na matéria, a capacidade de adaptação constitui um elemento importante para apreensão das realidades no terreno sem se afastar dos objectivos do PAN-LCD. O seguimento e avaliação tem um objectivo mais ambicioso, dados os fracos conhecimentos sobre os processos de degradação dos ecossistemas, por conseguinte é preciso pegar nos projectos e torna-los sítios de observação privilegiados destes processos e das suas evoluções, para poder alimentar os debates e reflexões sobre as estratégias de seguimento e avaliação.
-  Indicadores de impactos : os relatórios e balanço dos impactos dos projectos devem ser feitos de forma participativa com os “*portadores de projectos*”, para ter as informações pertinentes e validas. As apreciações, opiniões e pareceres devem ser registados no que concerne:
 - O nível de realização dos objectivos.
 - O estado de mudanças ambientais e sócio económicos.
 - O grau de utilização dos conhecimentos adquiridos.

- ✚ **É preciso implementar um processo contínuo de seguimento e avaliação com base um “*tableau de bord*” da LCD, onde constarão indicadores prioritários simples na utilização e implementação. Este “*tableau de bord*” deverá identificar as instituições – chave com as suas tarefas e responsabilidades e determinar um prazo curto ou médio (3 a 5 anos) de observação e capitalização dos resultados.**
- ✚ *Sistema de avaliação: a avaliação / capitalização só será possível com implementação de instrumentos de seguimento, apoderados pelos portadores de projectos, que permitem melhorar a pilotagem dos projectos dentro do processo contínuo de acumulação de referencias e utilizando os projectos como sítios de observação para informação dos decisores públicos e actores no terreno. (o SID/CCD, o SIG nacional, o SIA-CV, **actualizados e reforçados são instrumentos privilegiados para o efeito**).*
- ✚ *Modalidades / procedimentos para a capitalização: é preciso definir, a partir da observação dos projectos no terreno e com base os resultados, quais os melhores métodos de luta contra a desertificação, quais as mais eficientes em matéria de resultados, de custos e de implementação. Esta estratégia permitira realizar o seguimento dos projectos, identificar os apoios necessários para superar as dificuldades, capitalizar as experiências e valoriza-las ao nível nacional, com vista a preparação das fases posteriores de desenvolvimento da LCD em Cabo Verde no âmbito da CCD (o ROSELT nacional deve ser mobilizado para o efeito, assim como o SID, SIG, SIA).*

6.4. Recomendações

- ✚ Reforço das capacidades técnicas das populações através do IEC; habilitar as populações através dos conhecimentos sobre as convenções, o PANA II e questões ambientais.
- ✚ Apostar fortemente na educação e sensibilização ambiental no âmbito da CCD.
- ✚ Desenvolver uma nova sinergia entre os diferentes programas / sectores para atingir todas as metas da CCD.
- ✚ Proceder a uma abordagem diferente, *menos colaborativa e mais participativa* em relação a implementação da CCD e no quadro da preservação e gestão dos RN.
- ✚ Fazer com que os sítios pilotos anteriores ou existentes da LCD sejam realmente e concretamente os sítios de observação sistemática da CCD para avaliação ou duplicação das experiências. Estes sítios podem ser integrados, para o efeito, no quadro da implementação do PANA II.
- ✚ Dar prioridade nos próximos anos a fixação de indicadores simples e facilmente observáveis para medir a evolução/ avanço da implementação / execução da CCD.
- ✚ Revisar o perfil dos PF (pontos focais) das Convenções, nomeadamente da CCD e reforça-los tecnicamente e institucionalmente.

- ✚ Capacitar as AEL (agencias de execução locais) na gestão de Ciclo de Projectos de LCD
- ✚ Proceder a uma nova harmonização da formação / capacitação com os objectivos da Convenção CCD.
- ✚ Realizar o mais breve que possível uma capitalização de todas as formações e capacitações organizadas no quadro do PAN-LCD.
- ✚ Implementar e actualizar um BD Nacional das formações e capacitações dos quadros e técnicos nacionais, ONG's, Associações comunitárias..., realizadas e por realizar no âmbito da CCD.
- ✚ Capitalizar as boas práticas da LCD e as experiências geradores de rendimentos no quadro da sinergia entre a LCD e LCP em Cabo Verde.
- ✚ Institucionalizar de uma forma mais forte os cursos sobre a LCD em particular e sobre a Gestão ambiental em geral, nas instituições técnicas e universitárias de Cabo Verde, com aplicações práticas e de acordo com as necessidades nacionais e locais. Reforçar a formação em ciências exactas e nos conhecimentos tradicionais de LCD em cabo Verde.
- ✚ No âmbito da CCD e de acordo com o “*Processo Praia + 9: Descentralização e Questão Fundiária*” desencadeado pelo CILSS, depois da Reunião da Praia em 1994, iniciou se todo um Processo para a criação de observatórios de S&A da questão fundiária ao nível nacional e local. Esta questão deve ser reavaliada e apresentadas propostas concretas no âmbito da implementação do PANA II
- ✚ É preciso alargar as fontes de financiamento nacionais e locais as acções de preservação e gestão dos RN (por exemplo melhoria dos serviços fiscais, cobrança efectiva da taxas ambientais e revertê-las no fundo nacional e municipal para ambiente, participação do sector privado, envolvimento dos beneficiários).

7. PERFIL DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL, PROBLEMATICA DA GESTAO AMBIENTAL, ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO DE UM PEQUENO ESTADO INSULAR

- A ligação entre o Ambiente e o Desenvolvimento Durável é determinante para um país como Cabo Verde. Os “cenários” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento, (SIDS) devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica *real* do futuro.

- O perfil de vulnerabilidade ambiental

A segurança alimentar e a nova agricultura produtiva e geradora de rendimentos requisitam uma readaptação dos sistemas clássicos de exploração e o desenvolvimento/reforço das capacidades técnicas e científicas endógenas. A GRN e implementação de novos modelos de exploração rural devem manter os equilíbrios ambientais. É primordial, por causa da fragilidade dos ecossistemas em Cabo Verde, garantir o acesso seguro aos RN, daí a importância dos modelos de ordenamento dos espaços e a implementação de sistemas de S&A fiáveis e duradouros ou sejam, sistemas geo – informático fiáveis, montagem de pequenos sistemas de alerta precoce, envolvendo neste processo as populações beneficiárias.

- A problemática da gestão ambiental

- ❑ O Ordenamento do Território, enquanto opção racional para a Gestão Ambiental: em Cabo Verde, propõe se integrar a estratégia de conservação dos RN no desenvolvimento nacional, através do ordenamento do território, mas concretamente através da avaliação dos ecossistemas, dos estudos ambientais e de mecanismo para decidir sobre o ordenamento do território com base as avaliações e os estudos.
- ❑ A escolha dos tipos de utilização e gestão do território deve ser do conhecimento do público para que as opções políticas sejam tomadas de forma consensual e participativa. Sendo a gestão ambiental, uma questão estratégica e de longo prazo, a Sociedade Cabo-Verdiana, no seu todo, deveria ter tempo e oportunidade para examinar as informações e opções e poder influir nas decisões.
- ❑ Necessidade de reforço das capacidades de gestão ambiental:
 - ✓ *a legislação* : a semelhança dos outros países, Cabo Verde deveria avaliar e eventualmente reforçar a sua capacidade para aplicar a legislação de conservação dos RN. Uma atenção particular deve ser dada na implementação das leis de conservação, sendo uma actividade pluridisciplinar com início na preparação da legislação, é necessário, mas não suficiente, prever a formação e o financiamento do pessoal encarregue de aplicar e controlar as leis.
 - ✓ *a organização* : em Cabo Verde, é preciso criar novas organizações - ou procurar os meios para coordenar aquelas que ainda existem – para poder gerir os recursos naturais de uma forma global e não sectorial.

O ecossistema deveria ser a *unidade de base da gestão* e estabelecer uma estreita cooperação, entre as organizações de gestão marinha e as autoridades responsáveis das regiões/zonas terrestres contíguas.

- ✓ *A formação*: dada a nova configuração universitária científica e técnica em Cabo Verde e tendo em conta as necessidades nacionais e locais importantes em termos de formação e capacitação, é preciso reforçar os centros nacionais e regionais de formação adaptando-lhes as necessidades. O país deve apostar no reforço da formação de quadros e técnicos rompidos na planificação e gestão dos RN. Em Cabo Verde, as necessidades de formação também se situam a três níveis: quadro, técnicos e utilizadores dos RN, por conseguinte, a formação deve ser mais abrangente e especializada.
- ✓ *A investigação*: as avaliações do impacto dos projectos de desenvolvimento e outras medidas, poderão revelar as necessidades de estudos complementares específicos ou globais. Os programas nacionais de investigação poderiam cobrir três domínios fundamentais: - *Inventário*: pesquisas sobre a repartição dos ecossistemas; - *Funções*: pesquisas sobre a dinâmica dos ecossistemas e - *Gestão*: pesquisas sobre as normas e técnicas para a planificação e gestão dos RN.

- A estratégia de desenvolvimento de um pequeno estado insular vulnerável:

- Um desenvolvimento rígido e pouco influenciado por considerações ecológicas, não permita tirar o maior proveito dos recursos e meios disponíveis. Ele pode causar danos ecológicos irreversíveis e desencadear crises económicas e sociais. A integração destas considerações ecológicas em todas as etapas do desenvolvimento, desde a elaboração inicial das políticas até aplicação final, é a via mais segura e eficaz para evitar problemas de dimensão nacional e não só.
- É necessário optar para políticas ambientais de carácter antecipado e para uma política de conservação da natureza multi-sectorial.
- Em Cabo Verde, deve se tomar em conta os custos ecológicos de qualquer acção de desenvolvimento. É determinante integrar este custo e interligar as acções relacionadas por exemplo com a segurança ecológica e o desenvolvimento urbano e rural. O desenvolvimento rural deve ser baseado na conservação dos RN, adoptando o princípio *da restauração e compensação* e introduzindo os métodos tradicionais de gestão dos recursos que devem ser reutilizados na sua forma original ou com alterações e aproveitamento das técnicas modernas.
- A estratégia adoptada por Cabo Verde deve estar em sintonia com os ODM, nomeadamente, no seu Objectivo 7 – Assegurar / Garantir a sustentabilidade ambiental; e Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável

nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência de perda de recursos ambientais.

- ❑ Cabo Verde enquanto **SIDS** (*Small Island Development State*), tendo acesso ao *Multilateral Environmental Agreements (MEA)*, e como membro da *AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares)*, deve aproveitar as oportunidades relativamente aos recursos financeiros, desenvolvimento científico e transferência de tecnologia.
- ❑ Existem também outras oportunidades, no quadro do Acordo de Cotonou UE/ACP e no âmbito do NEPAD, na vertente desenvolvimento durável e ambiente.

8. QUESTÕES INTERSECTORIAIS E SINERGIAS ENTRE AS TRÊS CONVENÇÕES: A PROBLEMÁTICA DO REFORÇO DAS CAPACIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DURÁVEL

Em princípio, este ponto será amplamente desenvolvido na segunda etapa do Estudo referido na introdução deste presente relatório, mas desde já gostaríamos de apresentar algumas considerações para debate e reflexão.

- 🌍 A implementação das Convenções revela muitas interações, semelhanças e intersecções. A sua compreensão e apreensão através de uma abordagem coordenada são susceptíveis de melhorar a eficácia. As ligações existentes entre as convenções devem ser entendidas como oportunidades favorecendo a implementação de acções concretas. Portanto, convém fazer um ponto de situação dos pontos fortes e dos pontos fracos da implementação das convenções. **O quadro nº 5**, mais a frente, aponta alguns.
- 🌍 Ao nosso ver, ainda não esgotamos os recursos, oportunidades, possibilidades das Convenções, e nomeadamente da CCD, em Cabo Verde.
- 🌍 Concernentes às questões intersectoriais e sinergias entre as Convenções, **e tendo em conta o estatuto de Cabo Verde enquanto SIDS**, apresentam-se a seguir algumas pistas a serem aprofundadas e eventualmente integradas numa estratégia mais ampla:
 - ❖ *Ciências para o desenvolvimento e transferência de tecnologias*
 - Privilegiar a difusão e utilização de tecnologias capazes de reforçar a resiliência de Cabo Verde, vulnerável do ponto de vista económico, ecológico e social;
 - Facilitar o acesso as licenças de exploração de sistemas tecnológicos através de mecanismos tais como os bancos de desenvolvimento regionais;
 - Fornecer um apoio e uma assistência técnica a Cabo Verde para fazer as escolhas tecnológicas críticas e fornecer as informações sobre as experiências conseguidas através de Redes especializadas;
 - Continuar a reforçar a cooperação científica e técnica Norte – Sul e Sul – Sul;

- Encorajar a elaboração de programas apropriados apoiando os esforços nacionais e regionais que visam a implementação de capacidades científicas e técnicas em Cabo Verde;
- Fomentar a criação ou reforço de fundos de apoio a transferência e desenvolvimento de tecnologias para o benefício de Cabo Verde.

❖ *Reforço das capacidades para valorizar os recursos humanos e reforçar as instituições*



- Investir nas formações apropriadas viradas para a gestão da água e dos resíduos, da energia, adaptação às mudanças climáticas e mitigação dos efeitos, gestão dos RN, gestão das catástrofes, cuidados de saúde, investimentos no comércio, turismo, agricultura, desenvolvimento dos produtos com base nos RN, envolvendo as ONG's, associações locais e colectividades locais.
- Apoiar a Universidade e/ou grupo de Instituições de Investigação para o Desenvolvimento, o sector privado, as redes de organizações não governamentais, em Cabo Verde, para o reforço e melhor utilização dos recursos intelectuais disponíveis no domínio das MC, energia, gestão integrada das ilhas, desenvolvimento durável, direito internacional, cooperação internacional e competências em matéria de negociações.
- Aumentar as capacidades de fiscalização do estado do ambiente, da economia e instituições sociais e culturais de Cabo Verde, afim de definir e elaborar mais afrente as prioridades nacionais e de cumprir as suas obrigações internacionais.

❖ *Acesso aos recursos financeiros:* A comunidade internacional deve apoiar o desenvolvimento durável de Cabo Verde fornecendo os recursos financeiros, nomeadamente garantido o acesso aos fundos e mecanismos financeiros existentes tais como os programas operacionais pertinentes do FAM (GEF) e outras instituições financeiras regionais e/ou internacionais.

❖ *Governança nacional para o clima favorável ao desenvolvimento durável:*

- Mobilizar os recursos nacionais e internacionais para atingir os objectivos desenvolvimento durável (DD);
- Elaborar estratégias nacionais e sectoriais para o Ambiente e DD, focalizando a redução da pobreza, conservação dos RN e adaptação às MC;
- Melhorar as estruturas legislativas, administrativas e institucionais
- Promover um clima propício para o investimento do sector privado nas tecnologias e desenvolvimento;
- Associar no DD e na gestão ambiental global todos os actores do sector privado;
- Encorajar as parcerias entre sector público e sector privado

Quadro nº 5: Pontos fortes e pontos fracos das Convenções

PONTOS FORTES 	PONTOS FRACOS 
<ul style="list-style-type: none"> • Tomada em conta das três dimensões do desenvolvimento durável 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mecanismo internacional às vezes pesado e complexo
<ul style="list-style-type: none"> • Apelo para integração nas políticas de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bases jurídicas e regulamentares inadequados ou inexistentes
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de inúmeros países 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dispersão dos meios financeiros e materiais
<ul style="list-style-type: none"> • Tomada em conta das especificidades dos países 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimentos científicos dos problemas ambientais ainda insuficientes
<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação científica e técnica 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Percepção persistente das convenções essencialmente ambientalistas?
<ul style="list-style-type: none"> • Apelo a participação a todos os níveis (elaboração, implementação, seguimento,...) das populações, ONG's, Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Divergências na interpretação dos textos, legislação, regulamentação, procedimentos.
<ul style="list-style-type: none"> • Obrigação de conceber e implementar os PAN's 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dificuldades (Fraquezas) para convencer e implicar os financiadores (capacidades de negociações)
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem global ("eco sistémica ") da gestão dos RN • Mecanismo de financiamento virado para o apoio aos países em desenvolvimento (PED) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fraco poder político dos PED ➤ Ausência de indicadores operacionais de impacto, participação e seguimento
<ul style="list-style-type: none"> • Principio de precaução 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desconhecimento das disposições das convenções no seio das populações
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo para implementação de uma legislação adaptada (ou reforço do existente) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Insuficiências na elaboração dos programas nacionais

CONCLUSÃO GERAL

1. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento do RIO em 1992, constitui uma etapa decisiva na tomada de consciência dos problemas ambientais planetários. Estes tais problemas têm de facto um carácter local, mas também impactos mundiais. Além do mais a sua abordagem não é mais sectorial como antigamente, mas sim mais pluridisciplinar e multi-sectorial.
2. Cabo Verde, ao ratificar as convenções internacionais sobre o ambiente e em particular as convenções da geração do Rio, quer fazer coincidir os seus objectivos prioritários de desenvolvimento com as respostas propostas pelas convenções relativamente aos desafios ambientais planetários.
3. A implementação das obrigações ou engajamentos das convenções necessita fortes capacidades de acordo com a importância dos seus objectivos. As Convenções internacionais já foram implementadas em Cabo Verde, há vários anos, nomeadamente a CCD. No entanto, o problema da coordenação das suas implementações separada ou sinérgica não teve ainda solução.
4. A harmonização das políticas nacionais que respondem as obrigações das diferentes convenções é ainda limitada, tendo em conta as mudanças estruturais e institucionais que não favorecem os mecanismos ou procedimentos de colaboração entre os pontos focais (PF).
5. É óbvio que grandes esforços foram feitos no âmbito da CCD e os ganhos existem, mas também as várias oportunidades ofertas pela convenção não foram aproveitadas da melhor forma (é também o caso com as outras convenções CBD e CCC).
6. A articulação dos problemas ambientais planetários com os processos nacionais de planificação parece insuficiente. A integração das convenções internacionais na política ou estratégia ambiental nacional ainda está longe de ser realizada. Já levantamento a questão, relativamente ao PANA e a CCD, não foi elaborado um PAIS-CCD e existem outras anomalias (**ver o quadros nº 2, nº 3**).
7. Cabo Verde ainda não elaborou a sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Durável. Isso constitui uma necessidade imperioso para convergir todas as problemáticas das Convenções, a questão da gestão ambiental e as prioridades de DD a longo prazo.
8. Em Cabo Verde, no âmbito da CCD varias acções em matéria de reforço das capacidades foram levadas a cabo, mais ainda resta muito para fazer. De facto não existe (mesmo para as outras Convenções) mecanismos fiáveis de seguimento/avaliação em matéria de reforço das capacidades.
9. O projecto NCSA-GEM, que traduz a vontade do Governo Caboverdiano em dar uma importância particular ao reforço sinérgica das capacidades, constitui uma oportunidade para Cabo verde, com o apoio do PUD-GEF, para melhorar as suas capacidades de implementação das convenções, e nomeadamente a CCD.

BIBLIOGRAFIA

- **United Nations** - *Is a special treatment of Small Island developing States possible?* (United Nations Conference on Trade and Development), 2004
- **UNDP** – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2006 – A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água, 2006
- **UNCTD** -“Developing Productive Capacities. The least Development Countries – Report 2006.
- **MFDR – (Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional), Cabo Verde** – Crescimento, Emprego, Rendimentos e Pobreza em Cabo Verde (elementos de análise), 2004; Crescimento, Emprego, e Políticas de Redução da Pobreza em Cabo Verde, 2004; Actividades Económicas das Populações Rurais e o seu Acesso à Terra, 2004
- **MNEC / MFAP – Cabo Verde** - Rapport sur la réunion de Présentation de la Stratégie de sortie en douceur du Cap Vert de la catégorie de PMA. Praia, 30 – 31 Mai 2006.
- **Oliveira Santos J.F.** – Gestão Ambiental, INUAF – Instituto Superior Dom Afonso III, 2005.
- **UNDP**- The Sustainable Difference – Energy and Environment to achieve the MDGs, 2005.
- **MFP (Ministério das Finanças e Planeamento), Cabo Verde** – Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza (DECRP), 2004.
- **FAO, Projecto FAO/TCP/CVI3002** – Ateliers Regionais: Apoio à revisão da legislação e à reforma das Instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras, propostas de solução, 2006.
- **GOCV- NU, 2004** - Rapport OMD – CV : une évaluation des efforts accomplis
- **DGASP / MCA-CV** – Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza, 2005
- **FEM, PNUD, PNUE** - Kit des Ressources pour l’Auto-Evaluation des Capacités à Renforcer – ANCR-GEM - Programme Mondial d’Appui au Renforcement des Capacités, Septembre 2005.
- **INDP** – Programa Nacional de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha – PNIBDM, 2000.

- **INDP/SEPA** – Estudo: A diversidade biológica marinha de Cabo Verde: Análise e hierarquização das pressões humanas sobre a diversidade biológica marinha e identificação das prioridades para sua conservação e utilização sustentável, 1999.
- **SEPA** – Estratégia e Plano de Acção Sobre a Biodiversidade – ENPA-DB, 1999.
- **Anibal Delgado Medina, Maria Helena Santa Rita Vieira e Patrício Querido Varela** – II Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2002.
- **Leão Carvalho e Sonia Araújo** – III Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2006.
- **SEPA** – Estudo da Biodiversidade Terrestre, 1999.
- **INDP/SEPA** – Estudo da Biodiversidade Marinha, 1999.
- **NCSA – GEM SEYCHELLES** - Strategic Overview of obligations under the Convention on Biological Diversity, June 2004.
- **MAAP-CV, PNUD-GEF, GTZ** – Plantas endémicas e árvores indígenas de Cabo Verde, 2003.
- **GOCV, PNUD/UNSO** - Documents du Projet d’Appui à la Mise en oeuvre de la CCD et du PAN-LCD, Phases II et III, Octobre 1995 et Septembre 1999.
- **SEPA** – Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN -LCD), 2000.
- **Presidência do Conselho dos Ministros – SEPA** - Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou pela desertificação particularmente em Africa. (Tradução em língua Portuguesa do MPAAR / SEPA) Praia, Março 1995.
- **SP-CCD, IFAD, PNUA** - Centro para o Nosso Futuro Comum - Prioridade à Terra : Guia simplificado para a Convenção de Luta contra a Desertificação, Junho 1995.
- **MAAA-CV / SEPA** – Guia Metodológico de implementação dos projectos de luta contra a desertificação em Cabo Verde, 2000.
- **SEPA / MAAA** - Mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification au Cap Vert (Deuxième Conférence des Parties – Dakar, 30 novembre – 11 décembre 1998)
- **SEPA/ MAAA** - Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção Internacional de Luta Contra a Desertificação (CoP- Recife, 15-26 de Novembro de 1999) ; Rapport

National sur la mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification (Juin 1999)

- **DGA / MAP** – Relatório Nacional da Implementação da Convenção Internacional da Luta contra a Desertificação - Praia, Abril 2002
- **DGA / MAAP** - III Rapport National – Mise en oeuvre de la Convention des Nations Unies de Lutte contre la Désertification, Praia, Décembre 2004.
- **UNCCD** - Les Connaissances traditionnelles, Rapport du Groupe spécial, Conférence des Parties, CST, Recife, 16-18 Novembre 1999.
- **Patrício Varela, Yaya Konaté** – Avaliação do Impacto das Micro – Realizações MAP / DGA – Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – LCD, Julho 2002,
- **Eddy De Laethauwer** - Rapport de Mission sur l’Inventaire de l’information existante sur la problématique de la lutte contre la désertification au Cap Vert y inclus les techniques traditionnelles. PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAP / SEPA, Junho de 2001
- **Eddy De Laethauwer** - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Première Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Julho de 2000
- **Eddy De Laethauwer** - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Novembro de 2000.
- **Eddy De Laethauwer** – Manual de utilização (1º Versão), Sistema de seguimento e avaliação dos projectos-pilotos (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Novembro de 2000.
- **Maria Luísa Lobo e Jacques de Pina Tavares** - Actividades de Luta contra a Desertificação diagnosticadas no PAN-LCD por Bacias Hidrográficas e/ou Grupo de Bacias, MAAA/SEPA, Maio de 1999.
- **Câmara Municipal de S. Miguel, SEPA/MAAA** – Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD – PNUD/UNSO/CVI/99/X01; Novembro de 1997.
- **Câmara Municipal de S. Catarina, SEPA/MAAA** – Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.





- **Câmara Municipal de S. Cruz, SEPA/MAAA** – Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD – PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.
- **Maria Luísa Lobo Lima** – Relatório de Missão: Conferencia Preparatória da Primeira Reunião do CRIC, Windhoek, Namíbia, 15-19 de Julho de 2002. MAP / DGA
- **Maria Luísa Lobo Lima** – Relatório de Missão: Conferencia Regional Africana Preparatória da COP4/CCD, Argel, Argélia, 22-24 de Outubro de 2000. MAAA / SEPA.
- **MAP / SEPA** - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD, Phase II, Réunion Tripartite, Juillet 2001
- **MAAA/SEPA** - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/002 – Appui préliminaire du PNUD à la Protection de l’Environnement – DAP, CVI/99/002, Janvier 2000 – Décembre 2000.
- **MAAA/SEPA** - Document de Synthèse de certaines activités réalisées en 1999 par le Projet PNUD/UNSO-SEPA-CVI/99/XOI, Mise en oeuvre de la CCD, PAN-LCD, Mai 2000.
- **MAAA / SEPA** - Rapport Final du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI-CCD, Junho 1999
- **MAAA / SEPA** - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD; Octobre 1995 – Octobre 1998.
- **Cissé Mamadou** - Intégration des questions nationales relatives à l’environnement dans les conventions internationales. ANCR-GEM / PNUD-FEM, Mars 2005.
- **Kouassi Kouadio Clément** - Besoins et priorités de la Cote d’Ivoire en matière de renforcement des capacités dans le domaine de la désertification / dégradation des terres, Mars 2005
- **NCSA – GEM SEYCHELLES** - Strategic Overview of obligations under the Convention to Combat Desertification, June 2004.
- **SEPA** – Estratégia Nacional e Plano de Acção para o Combate as Mudanças Climáticas (CCC),
- **MAP / DGA** – Projecto CVI/97/G33-FMA/PNUD – Material de sensibilização e informações sobre Mudanças Climáticas, Agosto 2002
- **MAAA / SEPA** – Inventário das emissões dos gases com efeito de estufa em Cabo Verde, 1995.

- **UNDP, MAA/ INMG** - Enabling activities for the preparation of Cape Verde second national communication to the UNFCCC, 2006.
- **MAAP / DGA** – Documento de Síntese do PANA II, 2004 – 2014
- **MAAP / DGA** – Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2004.
- **MAAP / DGA** – PANA Estratégico, 2002
- **GEP/ MAP** – Plano de Acção Nacional para o Ambiente – PANA II (estruturante), 2004-2014
- **GEP/ MAP** – Planos Ambientais Intersectoriais – PAIS (9), 2004.
- **GEP/ MAP** – Planos Ambientais Municipais – PAM (17), 2004.
- **Terreiro Almeida, Teresa Paula, Mecilde Tavares, Oksana Tariche e Auxilia Correia** – Plano Nacional de Gestão Pesqueira, DGA/DGP/INDP, 2004.
- **José Maria Semedo e Samuel Gomes**. - Estudo de Impacto Ambiental da Apanha de Areia em Cabo Verde, DGA, 2004
- **Miguel António Ramos** - Estudo temático “Legislação, regulamentação e instrumentos de fiscalização no sector ambiental”, PANA II, MAAP – GEP, 2003
- **Aníbal Medina e Dário Évora** - Estudo de Base Sobre o Sistema Nacional de Seguimento da Qualidade Ambiental –SSQA em Cabo Verde, DGA, 2003.
- **MAP/GEP, Leão Carvalho, Margarida Santos Varela, Jan Van Dijk, Maria da Cruz Gomes Soares, Luísa Oliveira** - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, 2004.
- **MAAP/GEP, Paulo E. P. Ferreira e David M. F. Carvalho** - Métodos alternativos de controlo e limitação da utilização de areia na construção civil e obras públicas, 2004.
- **MAP/GEP, Edna Duarte Lopes e Júlia Alves** - Estudo de base impacto do PANA II sobre género e pobreza, 2004.
- **MAP/GEP, Edgar Pinto, Ben Van Baren** - Analise e desenvolvimento institucional do sector de ambiente em Cabo Verde, 2004.
- **Arlinda Duarte Neves e Luísa Lomba Morais** - Estudo sobre tipos de actividades rurais e a degradação ambiental, MAAA / SEPA, Cooperação Francesa, MORABI, Julho de 1997.
- **CESE e ASSOCIADOS, estudos e consultoria Lda.** - Estudo de impacte ambiental da Aldeia Turística Aldeias de Salamansa (São Vicente), 2004.








- **Programa Integrado de Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza na Bacia Hidrográfica do Paul** - Estudo de impactes ambientais, 2006.
- **OSS - Observatoire du Sahara et du Sahel** - Le Foncier et la gestion des ressources naturelles dans les zones arides et semi-arides d'Afrique du Nord (Compte rendu des débats et des recommandations de l'atelier sous-régional, Tunis, 20-22 Mai 1996), Octobre 1996.
- **MAA/ DGA** - II relatório, Implementação do Sistema de informação geográfica para a gestão da Áreas Protegidas de Serra Malagueta (ilha de Santiago) e Monte Gordo (ilha de São Nicolau), 2005.
- **DGA, PNUD e Maria do Rosário Partidário** - Relatório do curso de formação sobre avaliação estratégica de impactes realizado na cidade da Praia, 7-11 Outubro de 2002
- **João Francisco Caíres e Associados** - Plano estratégico para o desenvolvimento turístico da ilha do Maio, 2004.
- **MAP, SEPA, PNUD Projecto CVI/00/G41, Biodiversidade** - Relatório atelier nacional para a criação e gestão participativa das áreas protegidas, 2001.
- **MAAP** - Relatório do Plano de Área de Irrigação da Barragem de Poilão, Santiago, Cabo Verde.
- **Publicações PNUE** - Les Femmes et l'Environnement, 2004.
- **Maria Cristina Reis Lima Duarte** - Tese Doutoramento, Vegetação de Santiago, apontamento histórico, composição florística e interpretação ecológica das comunidades, 1998.
- **José Maria Semedo e Arlinda Neves** – Relatório Nacional para a Cimeira do Desenvolvimento Durável em Joanesburgo, 2002.
- **Luísa Borges e Raquel Medina**, em elaboração – Protocolo de Cartagena: *INVENTÁRIO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EXISTENTE RELACIONADA COM A BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE CARTAGENA.*
- **Projecto FAO/TCP/CVI/3002** - Ateliers Regionais : Apoio à revisão da legislação e da reforma das instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras – Propostas de solução, Junho 2006.
- **Nations Unies** - Rapport de la Réunion internationale chargée d'examiner la mise en oeuvre du Programme d'action pour le Développement Durable des petits Etats Insulaires en développement, Port-Louis (Maurice), 10-14 Janvier 2005.
- **UICN, PNUE, WWF** - Stratégie Mondiale de la Conservation, 1980.

- **UICN-BRAO, GWP-WAWP, CILSS** – Eau, Changement Climatique et Désertification en Afrique de l’Ouest : Stratégie Régionale de Préparation et d’Adaptation, Ougadougou, Octobre 2003.
- **MAAP / DGA** - Perfil ambiental de Cabo Verde, 2004.
- **Governo de Cabo Verde e ONU** - Relatório do Governo de Cabo Verde sobre a implementação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, 2004.
- **Governo de Cabo Verde** - O Plano Nacional de Desenvolvimento e as Grandes Opções do Plano 2000-2006.
- **Ministério das Finanças e Planeamento (MFP)** - Documento de estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), 2004.
- **PNUD, GEF, PNUE** - Projecto Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA), 2004.
- **Governo de Cabo Verde e WWF** - Projecto Conservação Marinha e Costeira de Cabo Verde, 2005.
- **Ministério e Recursos Naturais de Portugal** - Plano Nacional da política de ambiente de Portugal, 1995.
- **Secretaria de Estado dos RN, Energia e Industria, DGA** - Plano Nacional de Gestão Ambiental de Guiné-Bissau, 2004.
- **Cap Vert – Communauté Européenne** - Document de Stratégie de coopération pour la période 2001 – 2007.
- **Nações Unidas – Cabo Verde** - Plano Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento – Setembro de 2002.
- **PNUD - CAP VERT** – Rapport Annuel 2002
- **MAAP – Cabo Verde** - Estratégias para o desenvolvimento rural – horizonte 2015 e Plano de acção 2005-2008.
- **DGASP/ MCA, Cabo Verde** - Programa Integrado para o desenvolvimento agrícola e redução da pobreza; Março de 2005.

- Sites Web consultados

-  [Www.UNCCD.org](http://www.unccd.org)
-  www.sia.cv
-  [Www.millenniumassessment.org](http://www.millenniumassessment.org)
-  www.ine.cv

- CD consultados

-  Suivi – Evaluation (Monitoring – Evaluation) : Indicateurs d’impact et de mise en œuvre des PAN-LCD – Concepts et expériences en Afrique, Asie et Amérique Latine – OSS, CILSS, SE/CCD, GTZ - 5^{ème} COP / CCD – Genève, Octobre 2001.
-  Lutte contre la désertification dans les projets de développement – CSFD – Groupe AFD. Mai 2002.
-  Combating Desertification – BMZ, German Development Cooperation Projects to Combat Desertification, 2003.
-  Sommet Mondial pour le Développement Durable – Johannesburg – Afrique du Sud, 2002.
-  Documentation Technique de la JGRC : Générer l’Abondance dans le Sahel par la lutte contre la désertification, mars 2001.
-  Zones Arides et Désertification, UNESCO-MAB, BMZ, Institut du Sahel, OSS
-  Lutte contre la Désertification : conservation et développement des ressources des terres arides, FAO, 1998

ANEXO 1

Planos estratégicos e respectivo horizonte temporal

<i>Planos e programas</i>	<i>Período</i>
Planos globais	
Grandes Opções do Plano (GOPs)	2002-2005
Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	2002-2005
Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP)	2004-2007
Programa do Governo (VI Legislatura)	2001-2005
Planos estratégicos sectoriais	
Plano Estratégico da Educação	2002-2012
Plano de Acção Nacional para o Ambiente II	2004-2014
Plano Energético Nacional	2003-2012
Plano Estratégico da Agricultura	2004-2015
Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico	2004-2015
Estratégia Nacional de Segurança Alimentar	2003-2015
Programa Nacional de Luta contra a Pobreza	1996-2008
Plano Estratégico da Justiça	2002-2005
Estratégia de Desenvolvimento da Segurança Social	(em preparação)
Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género	(em finalização)
Programas de apoio e cooperação externa	
Poverty Reduction Growth Facility (PRGF)	2002-2004
Poverty Reduction Support Credit (PRSC)	2004-2007
Estratégia de Cooperação EU-Cabo Verde	2001-2007

(*) Fontes: DECRP – Setembro 2004

ANEXO 2:

LEGISLAÇÃO / CONVENÇÕES / ACORDOS SOBRE TEMATICAS AMBIENTAIS (*)

Quadro 1 : Políticas e Estratégias Nacionais à partir de 2000

Quadro 2: As leis ambientais

Quadro 3: Legislação sobre Fauna e Flora

Quadro 4: Legislação sobre a Pesca

Quadro 5: Legislação sobre a Água

Quadro 6: Convenções e Acordos Internacionais ratificados por Cabo Verde

Quadro 7: Convenções e Acordos Internacionais com Interesse na Área do Ambiente

(*) Compilação realizada com base o documento de **Luísa Borges e Raquel Medina**, em elaboração - Protocolo de Cartagena: *INVENTÁRIO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EXISTENTE RELACIONADA COM A BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE CARTAGENA.*

QUADRO I

Políticas e Estratégias Nacionais à partir de 2000

1. Resolução nº 3/2000 de 31 de Janeiro, aprovando a Estratégia Nacional e o Plano de Acção a Biodiversidade.
2. Resolução nº 16/2003, de 28 de Julho, aprovando a Política farmacêutica.
3. Resolução nº 29/2003 de 29 de Dezembro, aprovando a Política Nacional de Saneamento.
4. Resolução nº 6/2004 de 18 de Fevereiro, aprovando a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e o seu programa quinquenal.
5. Resolução nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, aprovando o Plano de Gestão dos Recursos de Pesca.
6. Resolução nº 14/2005 de 25 de Abril, aprovando o Segundo Plano de Acção para o Ambiente, PANA II, no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do Ambiente.
7. Resolução 16/2005 de 9 de Maio, aprovando o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, horizonte 2015 e o Plano de acção 2005 - 2008.

QUADRO II

As leis ambientais

1. Lei nº 102/III/90, de 29 de Dezembro que estabelece as Bases do património cultural e natural.
2. Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho que define as Bases da Política do Ambiente
3. Decreto-Legislativo nº 14/97, de 1 de Julho que desenvolve as Bases da Política do Ambiente.
4. Decreto-Lei nº 22/98, de 25 de Maio que aprova as normas mínimas relativas à elaboração e aprovação de projectos de construção, à insonorização e às condições de segurança dos estabelecimentos de funcionamento nocturno de diversão.
5. Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas
6. Decreto-Lei nº 40/2003, de 27 de Setembro que estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia
7. Decreto-Lei nº 5/2003, de 31 de Março que define o Sistema nacional de protecção do ar.
8. Decreto nº 31/ 2003 de 1 de Setembro que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana.
9. Decreto-Lei nº 6/2003, de 31 de Março que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras.
10. Decreto-Lei nº 2/2002, de 21 de Janeiro que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.
11. Decreto-lei nº 81/2005 de 5 de Dezembro que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico.
12. Decreto-Lei nº 58/2005, de 12 de Setembro, Constitui a Unidade de Incineração da Praia (UIP)

QUADRO III

Legislação sobre Fauna e Flora

1. Decreto nº 63/89, de 14 de Setembro que estabelece as Bases da Legislação Relativa aos Animais e à Pecuária.
2. Decreto-Lei nº 18/98, de 27 de Abril, que define as atribuições da Autoridade competente para a inspecção sanitária e o controlo da qualidade dos produtos da pesca.
3. Decreto - Legislativo nº 9/97, de 8 de Maio, que estabelece o sistema de sanções do regime de protecção de vegetais.
4. Decreto-Lei nº 48/II/98, de 6 de Abril, que regula a actividade florestal <u>Observações:</u> 1. Referentes ao Plano Florestal Nacional e Programa Florestal Nacional: processo de submissão dos terrenos ao regime florestal; os apoios e incentivos a concederem à actividade florestal e o processo da sua concessão; planos e fichas parcelares de terrenos; demarcação dos terrenos; as condições e as modalidades de concessão da autorização de corte de árvores e as taxas; a taxa de florestação e plantação equivalente para dispensa da taxa de reflorestação; o conteúdo, a forma e a duração dos contratos de gestão florestal; actividade da caça nas áreas de protecção florestal. 2. A fiscalização é feita pela Polícia Florestal (art. 50º). As Autarquias Locais, bem como outras entidades públicas e privadas são chamadas a colaborar e apoiar o Estado, nomeadamente nas actividades técnicas, de polícia, de fiscalização e de verificação de infracções à lei e aos regulamentos (art. 6º). As Autarquias Locais, no âmbito dos seus regulamentos locais, podem aplicar coimas por infracções verificadas e arrecadar o seu produto.
5. Decreto-Lei nº 7/2002, de 30 de Dezembro, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.
6. Decreto - Legislativo nº 9/97, de 8 de Maio, que estabelece o regime de fiscalização fitossanitária dos inimigos vegetais.

QUADRO V

Legislação sobre Pesca

Portaria nº 6/2001 de 30 de Abril que aprova o regulamento das normas sanitárias aplicáveis à produção e colocação no mercado de produtos de Pesca destinados ao consumo humano
Decreto-lei nº 9/2002 de 11 de Março que define as atribuições da Autoridade Competente para a inspecção controlo sanitário e certificação dos produtos da Pesca
Portaria nº 9/2002 de 3 de Junho que aprova o Regulamento que fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos produtos da pesca destinados ao consumo humano, métodos de recolha e de análise para o controlo oficial
Portaria nº 10 /2002 de 3 de Junho que o Regulamento que define as condições de atribuição de autorização e licenças sanitárias a estabelecimentos de preparação e transformação dos produtos de Pesca destinados ao consumo humano, as embarcações de pesca e navios de fabrica, visando a comercialização no mercado interno, exportação e importação
Decreto - Regulamentar n.º 7/2002 de 30 de Dezembro de 2003 Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção
Resolução nº3/2005 de 21 de Fevereiro de 2005 que aprova o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca
Decreto-lei n.º 53/2005 de 8 de Agosto que define os princípios gerais da politica de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos
Decreto-lei nº 54/2005 de 22 de Agosto que regulamenta a actividade de Pesca Amadora nas águas sob jurisdição nacional
Portaria nº 52/2005 de 19 de Setembro que aprova os modelos de licenças de pesca industrial para embarcações Nacionais e Estrangeiras

QUADRO VI

Legislação sobre Água

1. Lei n.º 41/II/84, de 18 de Junho, que Aprova o Código da Água.
2. Decreto n.º 82/87, de 1 de Agosto22, que estabelece normas de garantia da qualidade dos recursos hídricos e de prevenção às doenças de base hídrico.
3. Decreto-Lei n.º 7/2004, de 23 de Fevereiro, que estabelece as normas de descargas das águas residuais.
4. Decreto-Lei n.º 8/2004, de 23 de Fevereiro, que estabelece critérios e normas de qualidade da água e a sua classificação, bem como os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda, tendo como objectivo proteger o meio aquático e melhorar, na generalidade, a qualidade da água para o consumo humano

QUADRO VII

Convenções e Acordos Internacionais ratificados por Cabo Verde

Instrumento jurídico	Objecto	Local/Data de conclusão	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Convenção das NU	Luta Contra a Desertificação	Paris, 17 de Junho de 1994	Assembleia Nacional: Resolução n.º 98/IV/95, de 8 de Março	8 de Março de 1995
Convenção das NU	Mudança climática	Nova York, 9 de Maio de 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção das NU	Diversidade biológica	Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 73/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção de Basileia	Controlo de movimentos transfronteiriços		Assembleia Nacional: Resolução n.º 74/IV/94, de 20 de Outubro	2 de Julho de 1999
Convenção de Viena	Protecção da Camada do Ozono	Viena, 22 de Março de 1985	Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, de 31 de Março	6 de Julho de 2001
Protocolo de Montréal	Relativo às substancias que empobrecem a camada do ozono	Montréal, 16 de Setembro 1987	Conselho de Ministros: Decreto n.º 5/97, de 31 de Março	6 de Julho de 2001
Convenção das Nações Unidas	Sobre o Direito do Mar		Assembleia nacional: Lei n.º 17/II/87, de 3 de Agosto	
Protocolo	Prevenção da poluição por navios	1973	Conselho de Ministros: Decreto n.º 7/96, de 10 de Dezembro	

Convenção	Delimitação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos ao largo das costas dos Estados membros da Comissão Sub-regional das Pescas	1993	Assembleia Nacional: Resolução n.º 38/V/96, de 30 de Dezembro	
Tratado	Delimitação de fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal		Assembleia Nacional: Resolução n.º 29/IV/93, de 16 de Julho	
Convenção Internacional	Responsabilidade civil pelos prejuízos devidos à poluição por hidrocarbonetos		Conselho de Ministros Decreto n.º 2/97, de 10 de Fevereiro	
Convenção	Comércio Internacional das espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção e Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabarone, 1983		Conselho de Ministros: Decreto n.º 1/2005, de 10 de Março	10 de Agosto de 2005
Regulamentação Comum/CILSS	Homologação de Pesticidas		Conselho de Ministros: Decreto n.º 5/2005, de 10 de Março	

Protocolo de Cartagena sobre a segurança biológica à Convenção sobre diversidade biológica	Protecção no domínio da transferência, manipulação e utilização seguras de organismos geneticamente modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, tendo igualmente em conta os riscos para a saúde humana e centrando-se especificamente nos movimentos transfronteiriços.	Montréal, 28 de Janeiro de 2000	Conselho de Ministros: Decreto n.º 9/2005, de 26 de Setembro	1 de Setembro de 2005
Acordo	Promoção do cumprimento das medidas internacionais de conservação e gestão de navios de pesca no alto mar		Conselho de Ministros: Decreto n.º 11/2005, de 3 de Outubro	Ainda na fase de depósito do instrumento de ratificação
Emenda ao Protocolo de Montréal (1997)	Substâncias que empobrecem a camada de ozono	Montréal 15-17 de Setembro de 1997	Conselho de Ministros: Decreto n.º 12/2005, de 17 de Outubro	31 de Julho de 2001 (antes da sua aprovação interna)
Convenção RAMSAR	Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas		Conselho de Ministros: Decreto n.º 4/2004, de 18 de Novembro	18 de Novembro de 2005
Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas	Alterações Climáticas		Assembleia Nacional: Resolução n.º 149/IV/2005 de 5 de Dezembro	Ainda na fase de depósito do instrumento de ratificação
Convenção	Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem		Conselho de Ministros: Decreto n.º 13/2005, de 5 de Dezembro	Ainda na fase de depósito do instrumento de ratificação

Protocolo de Emenda	Parágrafo segundo do artigo X da Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico		Conselho de Ministros: Decreto n.º 14/2005, de 12 de Dezembro	Ainda na fase de depósito do instrumento de ratificação
Convenção de Estocolmo	Protecção da saúde humana e o ambiente de poluentes orgânicos persistentes (Poluentes Orgânicos Persistentes (POPS))	Estocolmo, 23 de Maio de 2001	Conselho de Ministros: Decreto n.º 16/2005, de 19 de Dezembro	Ainda na fase de depósito do instrumento de ratificação

QUADRO VIII

Convenções e Acordos Internacionais com Interesse na Área do Ambiente

Água

- Convenção sobre a Plataforma Continental
- Convenção sobre o Direito do Mar
- Convenção sobre o Direito do Mar - Acordo sobre a Conservação e Gestão de Espécies Piscícolas Transzonais Altamente Migratórias
- Convenção sobre o Mar Alto
- Convenção sobre o Mar Territorial e Zona Contígua
- Convenção sobre Pesca e Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar
- Convenção da Organização Marítima Internacional (OMI/IMO)
- Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo para Compensação pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (FUND)
- Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo para Compensação pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (FUND) - Protocolo de 1976
- Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo para Compensação pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (FUND) - Protocolo de 1992
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Hidrocarbonetos
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL)
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL) - Protocolo 1978
- Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (CLC)
- Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (CLC) - Protocolo de 1976
- Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos (CLC) - Protocolo de 1992
- Convenção Para a Intervenção em Alto Mar em caso de Acidente que Provoque ou possa Vir a Provocar Poluição por Hidrocarbonetos
- Convenção para a Intervenção em Alto Mar em Caso de Acidente que Provoque ou Possa Vir a Provocar Poluição por Hidrocarbonetos - Protocolo de 1973
- Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha por Operações de Imersão de Resíduos e Outros Produtos
- Convenção para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima
- Protocolo para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental
- Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT)

- Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT)- Protocolo de 1984
- Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT) - Protocolo de 1992
- Convenção sobre a Conservação dos Recursos Geneticamente do Sueste do Atlântico
- Convenção sobre Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais
- Convenção sobre Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais - Protocolo Água e Saúde
- Convenção sobre Direito dos Usos Não Navegacionais dos Cursos de Água Internacionais
- Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR)
- Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste
- Acordo de Cooperação para a Protecção das Costas e das Águas do Atlântico Nordeste Contra a Poluição (Acordo de Lisboa)
- Convenção Relativa à Organização Hidrológica Internacional
- Convenção Internacional sobre a Exploração do Mar

Ar e Alterações Climáticas

- Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância - Protocolo de Gothenburg de Combate à Acidificação, Eutrofização e Ozono Troposférico
- Convenção de Viena para a Protecção da Camada do Ozono
- Convenção para a Protecção da Camada de Ozono - Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono
- Convenção para a Protecção da Camada de Ozono - Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono - Emendas de Londres
- Convenção para a Protecção da Camada de Ozono - Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono - Emendas de Copenhaga
- Convenção para a Protecção da Camada de Ozono - Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono - Emendas de Montreal
- Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância
- Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância - Protocolo EMEP: Programa de Vigilância da Poluição Atmosférica a Longa Distância
- Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância - Protocolo Relativo ao Controlo das Emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) e seus Fluxos Transfronteiriços
- Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância - Protocolo relativo a Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)
- Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância - Protocolo sobre Metais Pesados

- Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
- Convenção Quadro Sobre as Alterações Climáticas - Protocolo de Quioto

Conservação da Natureza

- Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar)
- Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar) - Protocolo de 1982
- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural
- Convenção sobre Diversidade Biológica
- Convenção sobre Diversidade Biológica - Protocolo de Cartagena
- Convenção sobre o Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação, em Particular África
- Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES)
- Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) - Emendas de 1983
- Convenção Internacional para a Protecção das Plantas
- Acordo Internacional sobre as Madeiras Tropicais
- Convenção que Cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN / IUCN)
- Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa
- Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias Selvagens (CMS)
- Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias Selvagens (CMS) - Acordo para a Conservação de Morcegos na Europa (Eurobats)
- Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias Selvagens (CMS) - Acordo sobre as Aves Aquáticas Migradoras Afro-Euroasiáticas (AEWA)
- Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias Selvagens (CMS) - Acordo sobre a Conservação dos Cetáceos no Mar Negro, Mar Mediterrâneo e Área Atlântica Adjacente (ACCOBAMS)
- Convenção para a Regulação da Actividade Baleeira
- Convenção Internacional para a Protecção das Aves
- Convenção Relativa à Preservação da Fauna e da Flora no seu Estado Natural
- Convenção sobre o Estabelecimento da Protecção das Plantas Europeias e Mediterrâneas

Resíduos

- Convenção sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (Convenção de Basileia)
- Convenção sobre Gestão de Resíduos Radioactivos

Substâncias Perigosas - Químicos

- Convenção dos Poluentes Orgânicos Persistentes
- Convenção de Roterdão sobre Prévia Informação e Consentimento (PIC)
- Convenção sobre a Proibição de Utilizar Técnicas de Modificação Ambiental com Fins Militares ou Outros Fins Hostis
- Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento da Produção e Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e Sobre a sua Destruição
- Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e Sobre a sua Destruição

Nuclear

- Convenção sobre Assistência em Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica
- Convenção sobre Notificação Rápida em Caso de Acidente Nuclear
- Acordo Luso-Espanhol para a Cooperação na Utilização de Energia Nuclear para Fins Pacíficos
- Tratado Proibindo Instalação de Armas Nucleares e de Outras Armas de Destruição Maciça no Fundo dos Mares e dos Oceanos bem como no seu Subsolo
- Convenção sobre a Protecção Física de Materiais Nucleares
- Convenção sobre Segurança Nuclear
- Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares - Acordo entre Portugal e a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas
- Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares
- Protocolo Conjunto sobre a Aplicação das Convenções de Viena e Paris
- Convenção sobre a Responsabilidade Civil no Domínio da Energia Nuclear
- Convenção sobre a Responsabilidade de Armadores de Navios Nucleares
- Tratado sobre a Abolição de Testes de Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Exterior e Debaixo de Água

Domínios Transversais

- *Convenção sobre a Avaliação do Impacto Ambiental num Contexto Transfronteiriço*
- *Convenção sobre Acesso à Informação, Participação no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente*
- *Convenção sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais*
- *Convenção sobre Responsabilidade Civil por Danos Resultantes de Actividades Perigosas para o Ambiente*